

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DISTÚRBIOS DE DESENVOLVIMENTO

ROSANA BEHAKER GARCIA CRIPPA

O PAPEL DO PSICÓLOGO NA ÓPTICA DE PROFESSORES DE
CRIANÇAS INCLUÍDAS NO ENSINO REGULAR: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO

SÃO PAULO

2008

ROSANA BEHAKEK GARCIA CRIPPA

**O PAPEL DO PSICÓLOGO NA ÓPTICA DE PROFESSORES DE
CRIANÇAS INCLUÍDAS NO ENSINO REGULAR: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO**

Dissertação apresentada à
Universidade Presbiteriana Mackenzie,
como requisito parcial para a obtenção
do Grau de Mestre em Distúrbios do
Desenvolvimento, sob orientação da
Profa. Dra. Elisabeth Becker.

Linha de Pesquisa: Políticas e Formas
de Atendimento.

SÃO PAULO

2008

C931p Crippa, Rosana Behaker Garcia

O papel do psicólogo na óptica de professores de crianças
incluídas no ensino regular: um estudo exploratório. / Rosana
Behaker Garcia Crippa. - - São Paulo, 2008.

68 p. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) -
Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.

Orientação : Profa. Dra. Elisabeth Becker

Bibliografia: p.:60 - 62

1. Papel do psicólogo. 2. Inclusão escolar. 3. Professores
de sala regular. I. Título.

CDD: 372

ROSANA BEHAKER GARCIA CRIPPA

**O PAPEL DO PSICÓLOGO NA ÓPTICA DE PROFESSORES DE
CRIANÇAS INCLUÍDAS NO ENSINO REGULAR: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO**

Dissertação apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Distúrbios do Desenvolvimento, sob orientação da Profa. Dra. Elisabeth Becker.

Linha de pesquisa : Políticas e Formas de Atendimento

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elisabeth Becker – Orientador
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profa. Dra. Marie Claire Sekkel
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Solange Aparecida Emílio
Universidade Presbiteriana Mackenzie

À minha família tão amada: meu marido André Ricardo Crippa e meu filho Guilherme B. Crippa, que desde o início de meu mestrado me apoiaram em todos os momentos. Ao André por me incentivar a continuar meus estudos e sempre colaborar nas horas difíceis deste meu percurso. Só posso dizer que o amor entre nós derruba barreiras e faz de nós pessoas inseparáveis. Meu filhinho, que soube compreender com sua pouca idade, as minhas ausências, as muitas horas de estudo, que não pude compartilhar com ele.

Em especial, a minha mãe Anna Behaker Garcia (in memoriam), que sempre lutou para que eu conseguisse realizar os meus sonhos. Foi ela que me ensinou a ser uma grande mulher. Não há palavras que possa expressar meu amor eterno por uma mulher maravilhosa e guerreira... Te amo. Ao meu Deus, que sempre amarei e que me dá forças para viver.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Durval Garcia que sempre me apoio e me ajudou constantemente com seu amor e carinho e a quem dedico o mérito desta conquista.

À minha irmã Roseli Behaker Garcia, pela tradução do resumo e por estar sempre ao meu lado quando precisei de seu ombro amigo e das suas palavras carinhosas e verdadeiras.

À minha professora-orientadora Elisabeth Becker, pela paciência, persistência e dedicação com que me orientou durante todo esse percurso acadêmico.

À minha querida amiga que conheci no primeiro semestre do curso Adriana da Silva Louzano Pires, por ser uma mulher vitoriosa e guerreira, a qual me espelhei para seguir até o final do curso.

Ao Mackpesquisa, por subsidiar financeiramente a realização do estudo.

Às professoras participantes da pesquisa, que contribuíram para a efetivação do objetivo do meu trabalho.

À professora Aralis, profissional responsável pela revisão do trabalho.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo descrever as atribuições do papel do psicólogo por parte de professores que lecionam em salas regulares onde há inclusão escolar, de um município da grande São Paulo. O referencial teórico utilizado envolveu pesquisa bibliográfica e abrange um histórico sobre a inclusão escolar; inclusão e interdisciplinariedade; dilemas propostos pela educação inclusiva; os professores e a inclusão; e os psicólogos e a inclusão. A pesquisa de campo realizada seguiu os princípios da abordagem qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada, envolvendo quatro professores que opinaram quanto ao diagnóstico clínico da alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais), o trabalho com alunos com NEE; intervenção do psicólogo com professores, alunos e pais; e descrição sobre uma volição de ajuda de um psicólogo na escola. O conjunto dos elementos discutidos remete, de maneira significativa, para efetiva constatação da necessidade do psicólogo fazendo parte do universo escolar. A pesquisa atingiu o objetivo proposto e seu conteúdo aponta para possíveis contribuições na atuação do psicólogo frente à inclusão escolar.

PALAVRAS-CHAVES: papel do psicólogo, inclusão escolar, professores de sala regular.

ABSTRACT

This present research had the objective of describing the attributions of the role of the psychologists, in relation to the teachers who give classes in regular schools, where there is the inclusion, located in a suburb of Sao Paulo. The theoretical reference used involved bibliographic research and emerged the history of inclusion in schools, interdisciplinarity, the propose of dilems by the inclusive education, the teachers, psychologists and inclusion. The field research which was developed, followed the principles of qualitative research, having the data collection as the instrument, the semistructured interview, involving four teachers, who gave their opinions, related to clinics diagnosis and students with Special Educational Needs (SEN), the works involving students with Special Educational Needs, psychologists intervention with teachers, students and parents and the description about a situation who feel the necessity of specific psychologist support at school. The number of elements discussed refers to a meaningful way to the effective possibility the importance of the psychologist taking part of the school universe. The research reached the objective proposal and its subject points to the possible contributions and relating to the psychologist's acting forward to the inclusion in school.

Key Words: the role of the psychologist, inclusion in school, teacher's class from regular classes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. Apresentação do estudo_____	10
1.2.Objetivos do estudo_____	14

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2. A INCLUSÃO ESCOLAR

2.1. Inclusão escolar: breve histórico do conceito_____	15
2.2. Inclusão e interdisciplinaridade: pontos de reflexão _____	19
2.3.Algumas considerações sobre os dilemas propostos na educação inclusiva em nosso meio_____	22

3. OS PROFESSORES E A INCLUSÃO

3.1.-Formação de professores para um trabalho na interdisciplinaridade _____	25
--	----

4. OS PSICÓLOGOS E A INCLUSÃO

4.1. – Participação e integração dos psicólogos na escola_____	28
4.2. - O psicólogo como integrante da equipe escolar _____	30
4.3. - A queixa escolar_____	31

5. MÉTODO E MATERIAIS_____ 35

5.1. Cuidados Éticos da pesquisa e procedimentos _____	38
5.2. Entrevista semi-estruturada com os professores _____	39

6. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ____ 48

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS _____ 57

8. REFERÊNCIAS _____ 60

ANEXOS_____ 63

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - QUADRO HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES.....	17
QUADRO 2 – CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS	49
QUADRO 3 – INFORMAÇÃO QUANTO AO DIAGNÓSTICO.....	49
QUADRO 4 – TRABALHO COM ALUNOS COM NEE E EQUIPE PARA TRABALHO	50
QUADRO 5 – ESPECIFICAMENTE COM RELAÇÃO AO PSICÓLOGO	51
QUADRO 6 – INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO.....	52
QUADRO 7 – DESCRIÇÃO DE UMA SITUAÇÃO QUE GOSTARIA DE RECEBER AJUDA DE UM PSICÓLOGO.....	53

INTRODUÇÃO

1. Apresentação do estudo

Há 15 anos iniciava minha carreira na Educação, como professora do Ensino Fundamental. E quando penso na trajetória profissional, lembro sempre de uma questão-chave que todo ano aparecia como uma pergunta ou um questionamento em grupo, ou uma dúvida de um professor: e o aluno que não consegue aprender / aluno especial? O que fazer para integrar esse aluno e melhorar sua aprendizagem?

Foram várias experiências, inúmeras metodologias, diversas falas, vários cursos, muitas conversas com pais, várias discussões com professores sobre a pergunta em questão. Acho que posso mencionar aquele ditado, “vivendo e aprendendo...”. Foi assim que, para mim, entre erros e acertos, dúvidas, intuições, fui aprendendo e obtendo muitas vivências sobre essa lacuna que se abre quando se fala em aluno com dificuldades de aprendizagem e ou aluno com problemas, incluindo aí a pessoa com alguma deficiência, enfim, os alunos atualmente nomeados como tendo necessidades educacionais especiais.

Pensar em um projeto de pesquisa que realmente vá de encontro aos interesses desta pesquisadora e que proporcione dedicação e vontade de fazer não foi tão difícil assim.

Formei-me em Psicologia em 1998, mas nessa época já era professora há algum tempo. Fiz Magistério e me formei em 1991, e comecei a lecionar. Portanto, as questões ligadas à criança e ao aprender estão relacionadas com essas profissões (desenvolvimento infantil, questões da família, queixas escolares...) e estas duas vertentes me posicionaram para minha dissertação.

Depois da formação em Psicologia, trabalhei por 2 anos na área clínica e após esse período, minha dedicação ficou exclusiva à sala de aula.

A partir das salas de aula percebo, pelas escolas que já lecionei, que os professores se queixavam muito dos alunos indisciplinados, dos alunos que não conseguem aprender, dos alunos lentos, enfim, são muitos problemas. Parece,

portanto, que as dificuldades são maiores do que a relação professor- aluno pode agüentar.

Por outro lado, vejo que as escolas pedem laudos profissionais e os professores ficam aflitos, esperando que as respostas destes, particularmente do psicólogo, sugiram soluções que venham ao encontro com o que eles, possivelmente, têm em mente. Por exemplo, um laudo referindo tratar-se de um aluno que necessita de ensino em classe especial, “comprova” assim, que o problema não é do professor.

Mas, será que é desta forma que o professor deve analisar a situação? Será que realmente o psicólogo tem soluções imediatistas para esses alunos? Vivenciei, nas reuniões pedagógicas algumas falas de colegas de trabalho que demonstravam que o professor se sentia aliviado por estar encaminhando um aluno para o psicólogo na tentativa de mostrar que o problema do aluno poderia ser apenas emocional e que não haveria relação com a aprendizagem. Isto pode implicar mera ilusão de o professor achar que o psicólogo possa resolver qualquer problema de relacionamento e de aprendizagem num piscar de olhos.

Será que realmente esses alunos necessitam um ensino em classes especiais ou será que podem se beneficiar de um ensino que atenda as suas necessidades especiais seja qual for a classe? Quais seriam os critérios mais adequados para chegar a esse tipo de decisão?

Dessa forma, há de se responder às seguintes perguntas: quais são as expectativas dos professores que tem incluídos em suas salas alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) regularmente matriculados, com relação ao papel do psicólogo? Como estas poderiam ser realisticamente atendidas?

Segundo Machado (2004), na sua pesquisa com um grupo de professores, muitas das perguntas formuladas por eles mostravam a fantasia de que o psicólogo é aquele profissional que estaria apto a adivinhar e diagnosticar todos os fatos.

Pensando em todas essas questões, resolvi ouvir os professores, querendo saber o que eles realmente pensam sobre o papel do psicólogo e como eles acham que esse profissional pode ajudá-los acerca do que acontece em sala de aula.

Surgiram, assim, alguns tópicos importantes para compor esta dissertação. Dentre estes se destacam:

- a interação do psicólogo no universo escolar: dilemas, convergências e questões de interdisciplinaridade;
- momento atual da Educação focando a inclusão escolar;
- o professor de salas regulares: possíveis especificidades no trabalho com o aluno incluído.

Entender o papel do educador nos tempos atuais é um tanto complicado, porque esse profissional é visto, muitas vezes, como uma “peça mágica”, ou seja, ele é o professor, mas, de repente, num piscar de olhos, ele é o conselheiro, que em mais em um toque de mágica pode ser o assistente social, daqui a pouco ser o psicólogo, talvez até o policial... Conforme a “mágica” relacional muda, ele deveria se transformar em vários personagens. Então surge o dilema: será que, hoje, o professor sabe realmente qual é o seu papel e o que esperar do papel de profissionais próximos?

Mazzotta (1993) refere, inspirado em Cousinet, que, para exercitar-se em sua atividade profissional, o educador antes de dominar o saber específico de seu ofício, deve dominar o saber comum a todos os alunos. Se já é difícil o professor conseguir exercer normalmente sua atividade, um fator extremamente complexo no momento atual diz respeito a, como foi mencionado anteriormente, ele ter vários papéis, podendo muitas vezes sentir-se esgotado, sem identidade e sem atingir seus objetivos específicos.

Por outro lado, vê-se que as escolas estão inseridas num mundo onde o professor, apesar de todas as dificuldades, é o pulmão que faz a instituição educacional respirar ativamente. Também é o coração, enquanto analogia com o lugar onde aflui o sangue, na medida em que centraliza o ponto onde todos (alunos, familiares, equipe) estão ligados e ativados para a Educação, de uma forma que deve ser, ao mesmo tempo, afetiva e efetiva.

A sociedade atual exige da escola muito mais que o educar, porque reforça a visão de que dentro dela aprendemos os princípios, as boas maneiras, a ser

responsável, a cidadania enfim. Segundo os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) de 1997, a escola deve relacionar o conhecimento com a realidade do aluno, levando em conta as questões da vida real, não desvinculando o aprender teórico com a realidade de cada um.

“Assumir que a função social da escola deve estar ligada à transformação da sociedade é valorizar o papel político-pedagógico do educador, sem perder de vista que a escola não tem o poder de alavancar sozinha essa mudança, como quis supor a escola nova. Temos que ter consciência de que a escola é palco de contradições. Ali se reproduzem os valores e as condições que mantém a realidade vigente e, ao mesmo tempo, ali é possível “construir coletivamente os espaços efetivos de inovação na prática educativa que cada um desenvolve na sua própria instituição.”(Sekkel 2005, apud Cortella 2000 p. 137).

Como poderiam os educadores receber auxílio dos psicólogos nesse sentido, de tornarem-se tanto os profissionais que ajudam seu aluno a aprender, quanto aqueles que ajudam a sociedade a aprender e, portanto, se desenvolver?

Nas escolas onde a pesquisadora freqüentou foi percebido, em reunião de coordenadores, os professores questionando o papel da escola: como ensinar alunos desmotivados, como incluir aqueles que apresentam dificuldades ou são deficientes, enfim, quando começam a levantar questões que estão relacionadas ao aluno, conseqüentemente, pensam-se as relações jovem/sociedade. Por que está tão difícil educar os alunos hoje? Porque muitos métodos não surtem mais resultados? O que fazer com a agressividade que vem de casa? O que a família tem a oferecer para melhorar esse aluno “sem limites”? Como se pode ver as interrogações são infinitas, mas nem sempre as respostas estão disponíveis, mesmo considerando que estamos falando de alunos que não são adjetivados como com NEE. Que dizer, portanto, aplicando tais questionamentos a pessoas com NEE já caracterizadas? As instituições educacionais, mostrando-se com tantas lacunas que ainda não foram preenchidas, podem viver despreparo maior ainda quando se

depara com o processo de inclusão. É nesse contexto que surge e justifica-se a presente pesquisa.

O primeiro capítulo refere-se, portanto, à inclusão escolar, compreendendo um breve histórico deste conceito, das instituições pioneiras, da legislação vigente sobre a inclusão.

Posteriormente há uma reflexão sobre a inclusão e a interdisciplinaridade, onde é mostrada a importância do trabalho em conjunto, em equipe dentro das escolas para ajudar no trabalho com alunos com NEE. E, para encerrar esse capítulo, algumas considerações sobre os dilemas da educação inclusiva na nossa sociedade, abordando conceituações sobre inclusão, e uma discussão sobre como os professores estão agindo frente à inclusão escolar e como as instituições gerenciam essa questão no contexto escolar.

O segundo capítulo refere-se aos professores e a inclusão, e tem como propósito abordar o tema da formação dos professores em relação à educação inclusiva e uma reflexão atentando para dois aspectos: a formação e a conscientização dos professores na sala de aula frente aos alunos com NEE.

O terceiro capítulo aborda questões ligadas à Psicologia Escolar; qual o papel do psicólogo no contexto escolar; o foco do trabalho deste profissional na escola, ou seja, avalia crianças para chegar a um diagnóstico ou têm uma função socializadora enquanto participante da equipe escolar. Outro item em destaque é a questão da queixa escolar, como é vista pelos psicólogos, qual a relação entre a queixa e a vivência da criança no ambiente escolar e como o psicólogo pode contribuir frente essas queixas escolares.

1.1 OBJETIVOS

Geral

-Descrever a(s) atribuição (ões) do papel do psicólogo por parte de professores que lecionam em salas regulares onde há a inclusão escolar.

Específicos

- Verificar como os professores consideram o papel do psicólogo na inclusão escolar, tendo como referência as possibilidades de atribuições profissionais a este no contexto escolar;
- Levantar quais as expectativas que o professor tem em relação ao atendimento psicológico para a melhoria do trabalho de inclusão escolar;
- Focalizar o papel do psicólogo como um facilitador do trabalho do professor

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2. A INCLUSÃO ESCOLAR

2.1. Inclusão escolar: breve histórico do conceito

Para falar em inclusão escolar, é interessante ressaltar alguns aspectos históricos voltados para a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE). Seguem-se, para isso, os estudos e a sistematização proposta por MAZOTTA (2003).

A educação especial foi proposta inicialmente como uma área específica de atendimento às NEE de alunos com deficiências. Até o século XVIII, não havia base científica sobre o conceito de deficiência. Essa questão estava mais ligada ao misticismo e ao ocultismo. A igreja também tinha uma forte ligação, ao mencionar o homem à imagem e semelhança de Deus e aqueles que fugiam desta imagem, eram tidos como alvo do castigo divino.

Segundo MAZOTTA (2003), os primeiros movimentos para atendimento aos deficientes surgiram na Europa, posteriormente chegando ao Brasil. A primeira obra impressa sobre os estudos dos deficientes foi de Jean-Paul Bonet, em 1620 com o título “Redação das Letras e Arte de Ensinar os Mudos a Falar”, sendo que a primeira instituição especializada para a educação de surdos-cegos foi fundada em 1770, em Paris, pelo abade Eppé, inventor do método dos sinais, com o objetivo de designar objetos.

Em relação à aprendizagem de leitura/escrita por pessoas com deficiência visual, deve-se mencionar Valentin Haüy, que fundou em Paris o Instituto Nacional dos Jovens Cegos, em 1784, já utilizando letras em relevo para o ensino destes alunos.

Em 1829, um jovem cego francês, chamado Louis Braille, estudante do Instituto Nacional dos Jovens Cegos, fez uma adaptação do código militar, constituído de sinais salientes para representar a escrita e transmitir mensagens nos campos de batalha. Esta escrita ficou conhecida como *Braille* e é até hoje usada por deficientes visuais.

Registra-se em 1832, em Munique, na Alemanha, uma instituição de ensino para pessoas com deficiência física; nessa época também, se iniciou o atendimento educacional aos deficientes mentais, com o médico Jean Marc Itard (1774-1838).

Um papel importante na área da educação especial foi o de uma médica e educadora italiana chamada Maria Montessori (1870-1956). Ela desenvolveu um programa de treinamento para crianças com deficiência mental nos internatos de Roma, enfatizando o uso de materiais coloridos, letras em relevo, blocos e, principalmente, uma atitude de respeito, silêncio e concentração na situação de aprendizagem a ser favorecida pelos professores.

No Brasil, a implantação da educação especial ocorreu no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XX.

Para melhor visualização da evolução dos atendimentos no Brasil, segue o quadro de referência das instituições, de qual deficiência se dedicavam e qual foi o ano de implantação da educação especial.

Quadro 1 – QUADRO HISTÓRICO DE INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS

ANO	INSTITUIÇÃO	ATENDIMENTO
1854	Imperial Instituto dos Meninos Cegos	Deficiência Visual
1891	Instituto Benjamim Constant	Deficiência Visual
1874	Hospital Juliano Moreira	Deficientes Mentais
1928	Instituto de Cegos Padre Chico	Deficientes Visuais
1946	Fundação para o Livro do Cego no Brasil	Deficientes Visuais
1929	Instituto Santa Terezinha	Deficientes Auditivos
1951	Escola Municipal Helen Keller	Deficientes Auditivos
1954	Instituto Educacional São Paulo / IESP	Deficientes Auditivos
1931	Sta Casa de Misericórdia de São Paulo	Deficientes Físicos
1943	Lar Escola São Francisco	Deficientes Físicos
1950	AACD - Assoc. de Assis. A Criança Defeituosa	Deficientes Físicos
1926	Instituto Pestalozzi de Canoas	Deficientes Mentais
1948	Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro	Deficientes Mentais
1961	APAE (São Paulo)	Deficientes Mentais
1972	Núcleos de Aprendizagem e Atividades Profissionais	Deficientes Mentais

Na história brasileira, a educação especial começou com modelos assistencialistas, passando por planos de governo, leis, diretrizes e políticas públicas.

Salienta-se no momento atual, no que diz respeito à educação das pessoas com NEE, a Declaração de Salamanca (1994), que reuniu na Espanha delegados de 92 governos e 25 ONGs, produzindo um documento tomado como referência mundial em educação.

Acerca desta Declaração, Carvalho (1997) comenta que:

...a Conferência propôs a adoção de Linhas de Ação em educação especial. O princípio orientador é o de que:

todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados... No contexto destas linhas de ação o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e têm, portanto, necessidades educativas especiais em algum momento de sua escolarização. As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças inclusive as que têm deficiências graves. (p. 56 e 57).

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 20 de dezembro de 1996, instituiu um capítulo sobre a Educação Especial, onde se ressalta, para essa pesquisa, o Art. 58 e o art. 59:

Art. 58 ... Entende-se por Educação Especial a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”

Art. 59 –“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

III- Professores com especialização adequadas em nível médio ou superior, para atendimento especializado bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (p. 97)

Destaca-se os dois artigos para mostrar, inicialmente, que na lei se fala em professores capacitados para as salas regulares, mas pode questionar se, efetivamente, há um número plausível de professores nas salas regulares capacitados para atender à demanda dos alunos com necessidades especiais. O destaque refere-se também ao intuito de mostrar que os alunos com necessidades

especiais têm direito a freqüentar as salas regulares, porém não há especificações sobre como trabalhar com pessoas com deficiências.

Entender a trajetória da educação especial ajuda a desmistificar a segregação e a integração que foram ficando para trás com o passar dos tempos, favorecendo as pessoas com deficiências no modo de pensar da sociedade e da Educação enquanto escola para todos.

Tem-se pensado mais seriamente sobre essa questão da educação inclusiva no sentido de evitar as práticas discriminatórias através dos referenciais educacionais. Podemos verificar isto através de documentos que a Secretaria da Educação tem viabilizado. Um deles é o documento elaborado pelo grupo de trabalho da Política Nacional de Educação Especial do MEC entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008, em que a equipe apresenta neste documento esclarecimentos sobre a Educação Especial desde os marcos históricos e normativos, passando para o diagnóstico da Educação Especial, o objetivo da Política Nacional de Educação Especial, dados sobre alunos atendidos nas escolas em nível nacional, e as diretrizes da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

2.2. Inclusão e interdisciplinaridade: pontos de reflexão

Faz-se necessário refletir sobre o movimento de inclusão em relação à sociedade, no que diz respeito ao olhar de cada um frente à individualidade e às diferenças existentes na humanidade.

“ A inclusão é um movimento que vai ao encontro da busca da consciência e realização da unidade, da igualdade entre todos, fundada no que verdadeiramente pode nos unir: a humanidade. E para isso é preciso dirigir o olhar e criar condições para o desenvolvimento de cada um.”
(Sekkel, 2005, p. 54).

E quando se fala em interdisciplinaridade, deve-se partir da palavra coletivo, porque precisamos do outro para compartilhar os objetivos, a proposta real para

uma escola ter uma visão de equipe, de trabalho compartilhado. E isto faz sentido primordial num contexto escolar, que quer incluir ao invés de excluir. Sekkel, em seu trabalho em 2003 na Creche Oeste, expõe essa questão, ou seja, que para haver um ambiente inclusivo é preciso abandonar o modelo idealizado e pensar no objetivo real que a escola quer desenvolver nas crianças. E, para isso, o envolvimento deve ser desde os professores até o último funcionário. Trata-se de uma consciência necessária (SEKKEL, 2005,p.55) para entender a importância dos trabalhos dentro da escola.

Embora nas escolas públicas os professores solicitassem sempre mais apoio de profissionais da saúde para ajudá-los, atualmente, frente às questões da inclusão, isto se torna mais evidente. Entre eles há uma preocupação em tentar desvendar as dúvidas despertadas pela inclusão escolar. Quando nas escolas chegam alunos com alguma dificuldade de aprendizagem ou alguma deficiência, os professores têm interesse em saber se há um laudo médico, se a mãe já foi entrevistada pelo coordenador; necessitam, enfim, de mais informações acerca das causas das dificuldades que observam em sala de aula.

Segundo Machado (2004) pensar na questão da saúde do escolar é uma tarefa não só dos profissionais “isoladamente”, mas de se repensar a ajuda desses profissionais enquanto um recurso que pode favorecer a todas as pessoas, ou seja, devem-se pensar as ações dos profissionais da saúde, os psicólogos dentre entre eles, como membros da sociedade que têm também responsabilidades individuais. Esses autores ressaltam, portanto, a importância da área da saúde presente na escola, promovendo um intercâmbio e fazendo com que a equipe escolar tenha mais um recurso a seu favor.

Nesse sentido, conforme Becker e Graça (2006 s/p.), a interdisciplinaridade é assim entendida:

“Entendemos ser tarefa árdua para professores e escola conquistarem os objetivos almejados ao processo inclusivo, contando exclusivamente com profissionais de áreas de conhecimento voltadas à educação. Isto ainda se agrava se concebemos a inclusão escolar como uma tarefa contínua, no preparo, no planejamento, na reestruturação, na adequação do que for necessário (meio-físico, materiais, atividades, atitudes...) visando à aprendizagem e à interação social. Nessa perspectiva,

compreendemos ser de grande valia ao processo inclusivo a união de diversas áreas do conhecimento, contribuindo, em ações conjuntas, para o adequado acompanhamento do alunado em suas especificidades e, da mesma forma, para os professores, buscando sempre que possível favorecer a participação ativa do grupo em todas as atividades escolares.”

Os professores estão, no dia-a-dia, buscando novas maneiras e métodos para interagir na sala de aula com seu grupo de alunos, para tentar atingir a todos, mas falta ainda informação e conhecimento sobre determinados assuntos ligados à inclusão escolar. Quando se diz buscar, significa que há uma ação contínua, em andamento, não sendo isto um fim em si mesmo. Dessa forma, os profissionais da educação estão em contínuo aprendizado, e trocar experiências com outros profissionais é necessário neste momento para melhor compreender o significado da escola para os alunos com NEE e a razão das suas dificuldades. Concorda-se, portanto, com o fato de que entre a escola e os profissionais da saúde ocorre, segundo Bochniak (2001),

Trabalho interdisciplinar que procura observar as atividades cotidianas desenvolvidas numa escola, para nelas perceber, para delas captar e descrever a multiplicidade de relações que se estabelecem no cotidiano, sempre com o propósito de melhor explorá-las, mais adequadamente programá-las, modificá-las, de forma sempre mais consciente realizá-las. (p. 136).

Quando se fala em Educação inclusiva, não se pode pensar num único profissional trabalhando com essa questão. Há de se pensar numa equipe escolar, numa equipe da saúde trabalhando em conjunto, traçando caminhos para viabilizar as barreiras encontradas em relação à deficiência.

O psicólogo não precisa estar tão distante da realidade escolar, nem mesmo o médico, pois a saúde pública é um setor muito importante para alunos que dela necessitam. Um intercâmbio entre os dois é de extrema relevância. Exemplificando melhor essa questão, constata-se que, nas escolas, há sempre uma situação em

sala que se torna relevante e que muitas vezes o professor precisa de uma ação conjunta com outros profissionais para trabalhar determinada questão. Por exemplo, um aluno que chega à escola e é informado ao professor que ele é soro-positivo, e por isso devem-se tomar certos cuidados, pois há riscos dele se machucar e se ferir, como falar sobre isso com os alunos? Nessa situação, a saúde pública pode ter uma parceria com a escola, para que um médico vá até a escola e faça uma palestra falando sobre a AIDS e, posteriormente, o professor pode continuar este trabalho em sala de aula, ou seja, é um momento de interação entre a educação e a saúde e, a partir disso, pode-se efetivar um encontro produtivo e que pode sempre estar como apoio àquela escola.

Sekkel (2005) relata sobre esse saber interdisciplinar:

“Devemos cuidar para não fazer da educação inclusiva assunto de especialistas. Se assim fosse, só em relação “a deficiência, seriam necessários investimentos enormes para capacitar os educadores a trabalhar com a especificidade da deficiência auditiva, visual, mental, etc., transformando a inclusão numa “missão impossível” para a escola. O que se impõe aqui é a necessidade de pensar formas de articulação interdisciplinares, horizontais, ou seja, não-hierarquizadas, pois não há, em princípio, saberes que devam prevalecer em relação a outros.” (p. 53).

1.3. Algumas considerações sobre os dilemas propostos pela educação inclusiva em nosso meio

As funções da escola de instruir, educar, socializar, integrar, além de outras, exigem a responsabilidade de a equipe gestora e os docentes responderem por todas essas ações de maneira eficaz, mesmo que não por completo, ao menos parcialmente.

Quando se fala em Educação Especial, parece que essa responsabilidade se duplica, o que, ao mesmo tempo, assusta, porque se tem a impressão de que tal prática implica fardo muito pesado. À guisa de ilustração, destaca-se um tipo de comentário que pode estar presente com muita frequência pelos corredores das escolas, cujo teor aproximado é: “... com a chegada da inclusão tudo ficou mais difícil, pois já era difícil com alunos normais, imagina agora com os deficientes...” .

Verbalizações semelhantes a esta foram testemunhadas pela pesquisadora no exercício do papel de docente, sendo possíveis de serem coletado em vários contextos informais (e até mais formais) do espaço de comentários e discussões institucionais o que, entretanto, foge ao âmbito da presente pesquisa.

Segundo Pietro (2005), constata-se que poucos professores vinculados às redes públicas de ensino têm formação ou mesmo informação sobre atendimento de alunos com NEE. Eles ingressam nos sistemas de ensino por meio de concurso público, na maior parte dos casos sem ter o mínimo contato com esta temática. Sequer têm informações sobre os princípios da educação inclusiva e, por isso, muitos têm a falsa idéia que gerenciam ou trabalham em escola obrigada a permitir o acesso (a matrícula) desses alunos, minimizando a perspectiva de construção de uma escola que acolha a todos e não expulse ninguém.

Outra questão discutida pela mesma autora diz respeito à conceituação de educação inclusiva. De um lado, esta é caracterizada como uma escola para todos, sem haver um critério de seleção, defendendo a idéia de que a escolaridade de pessoas com NEE não deveria ser paralela ao ensino comum. E, de outro lado, a educação inclusiva pode ser concebida como considerando a existência de limites na classe comum para alguns alunos, os quais deveriam contar com serviços especializados.

Pietro questiona, ainda, o fato de que a educação especial não tem acúmulo de conhecimentos sobre todos os atendimentos de que a população necessita, como é o caso de alunos superdotados e com transtornos globais de desenvolvimento. Para esses casos, poucos professores têm prática, e assim, a educação desses jovens acaba ficando a cargo de serviços especializados. Se considerarmos que a educação deve atender a todos os alunos, com ou sem deficiências, que implicam necessidades educacionais especiais, ainda persistem dificuldades que envolvem ações voltadas para a formação de professores, para atender a essa população.

Levantadas essas questões, deve-se considerar o que a palavra inclusão realmente parece estar significando para os profissionais envolvidos com a Educação.

Mazzotta (2002), diz que *“a inclusão é a base da vida social onde duas ou mais pessoas se propõem a, ou têm que, conviver; já que muitas vezes o convívio não depende apenas da vontade individual. E, conviver implica a presença de duas ou mais pessoas.”* (p. 10).

Em um momento anterior dos seus trabalhos o mesmo autor destacou que:

O desenvolvimento da Educação Especial está estreitamente ligado à preocupação dos educadores com o atendimento das necessidades educacionais daqueles alunos que não beneficiados com os recursos educacionais comuns e que precisam de recursos especiais para suplementarem os existentes. Dessa forma, **a educação especial não se justifica a não ser como facilidades especiais que não estão disponíveis na escola comum e que são essenciais para determinados alunos.** (MAZZOTTA, 1981, p. 11).

No Projeto SACI – Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação - que é uma rede de informações sobre deficiência existente desde 1999, foi organizado em livro, idealizado pelos profissionais da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (CECAE), interessante material acerca da educação inclusiva para professores. Neste, encontramos que : *“educação inclusiva pressupõe que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na escola, independentemente de qualquer característica peculiar que apresentem ou não.”* (GIL, 2005).

Vale destacar, frente às definições apontadas, o quanto a inclusão remete à discussão do papel social da instituição escolar.

Um ponto que Mazzotta (2002) destaca é que:

“...alunos e escolas são assim identificados por seus papéis sociais e não, propriamente, por sua configuração individual separada ou isolada de uma contextualização social e cultural.

Enquanto papéis sociais e atores culturais, em suas relações recíprocas surgem necessidades e respostas condicionadas pelo contorno dinâmico e atuante de seu meio ambiente. Esta faceta, que parece óbvia, tem sido

reiteradamente ignorada nas discussões e encaminhamentos desse tema, particularmente no que se refere a educandos portadores de deficiências e que apresentem necessidades especiais.

Alunos e escolas são adjetivados de comuns ou especiais e em referência a uns e outras são definidas necessidades comuns ou especiais a partir de critérios arbitrariamente construídos por abstração, atendendo, muitas vezes, a deleites pessoais de *experts* ou até mesmo de *espertos*.”(p. 31).

Levando-se em conta essas considerações, somos remetidos novamente a um discurso freqüentemente ouvido pelos corredores, ou na sala de professores, onde a pesquisadora vivenciou, expressando facilmente que: “ *tal aluno é especial porque eu acho, porque você acha, porque parece ser, ou porque disseram que ele tinha ‘certos comportamentos’...*” Mas não se pode esquecer de que isto se torna sem propósito e sem conexão com a realidade, enquanto não sabemos de fato qual é a situação desse ou daquele aluno, ou seja, a partir de quais critérios comentam-se as suas dificuldades. Nesse sentido, falar de inclusão de alunos com NEE é muito mais do que aceitar tal aluno por que é politicamente correto não excluí-lo, mas é viver a complexidade da situação, levando-a a fazer parte do contexto de inclusão social, mais amplo do que a mera escolarização. Acima de tudo, é discernir criticamente o certo do errado nas atitudes para com eles, o que é favorecido pela interdisciplinaridade na equipe escolar, na qual professores e psicólogos têm muito a trocar.

Pensando no fato de que a equipe escolar é formada pelos professores, coordenadores e gestores da unidade, salientamos a importância do psicólogo fazer parte desta equipe para poder viabilizar esse trabalho em conjunto e poder caracterizar realmente o papel do psicólogo dentro do contexto escolar. Essa discussão será apresentada no capítulo 3, onde há uma reflexão sobre o que o psicólogo tem promovido e realmente constatado dentro do seu universo profissional sobre o trabalho como psicólogo escolar.

3. OS PROFESSORES E A INCLUSÃO

3.1. Formação dos professores para um trabalho na educação inclusiva

Com a declaração de Salamanca (1994) e a LDB (1996), os professores de salas regulares passam a ter compromisso com a educação inclusiva.

Isso, inicialmente, provocou celeumas, pelo fato de muitos professores considerarem não ter formação necessária para trabalhar com qualquer aluno matriculado. Com as mudanças vieram resistências, não aceitações, insegurança e muitos questionamentos.

Por outro lado, a educação inclusiva acontece como um desafio para todos os profissionais da Educação.

Mazotta (1993), ao referir-se à educação especial, diz que o professor constitui o seu pilar fundamental, pois esta depende fundamentalmente da qualidade ou da competência dos professores comuns e especializados; concordando com o autor, considera-se que o mesmo enunciado se aplica às propostas educacionais inclusivas.

Baumel (2006), nas suas reflexões sobre a formação dos professores recorre ao documento da UNESCO de 1988, onde há uma preocupação com a preparação dos professores:

“A qualidade dos serviços educacionais para pessoas com deficiência depende da qualidade da formação. Esta deverá ser parte integrante dos planos nacionais, onde se contemplam os requisitos dessa formação...”(p. 28)

A autora aponta outras perspectivas decorrentes desse mesmo documento:

- “ 1) a inclusão obrigatória, da educação Especial nas ações de formação inicial e contínua de todos os professores, nos diversos níveis de ensino;
- 2) o engajamento das instituições de ensino superior na oferta e no desenvolvimento de programas de formação em Educação Especial;
- 3) a visão e reconsideração do papel dos professores de Educação Especial;

4) iniciativas de encorajamento a programas de formação que preparem os professores para trabalhar com todo tipo de deficiência.” (p. 28)

Tendo em vista esses apontamentos, torna-se necessário avaliar a posição dos professores brasileiros frente a isso.

Segundo dados do Censo Escolar (MEC/ INEP/ junho 2007), no que se refere à formação dos 54.625 professores na Educação Especial em 2006, consta que 343 profs. (0,7%) possuem Ensino Fundamental; 13.183 (24%) possuem Ensino Médio, e 41.099 (75,3%) possuem Ensino Superior.

Isso mostra que a maioria dos professores parece preocupada em melhorar sua formação profissional e a própria educação.

Continuando com os dados do Censo Escolar (MEC/INEP/junho/2007), no que se refere à distribuição dos professores com curso mínimo de 40 h. para atender alunos com necessidades especiais por etapa/ modalidade de Ensino, foram encontrados os seguintes dados:

- em Creche, 1391 professores;
- em Pré-escola, 5312;
- em Ensino Fundamental 23.887;
- em Ensino Médio, 4723;
- em Educação de Jovens e Adultos, 1.540;
- em Educação Profissional, 613.

Observa-se a clara predominância de busca de cursos por parte dos professores do Ensino Fundamental.

Ainda no que se refere à formação de professores, destaca-se a contribuição de Baumel (2006), que direciona sua reflexão para um conceito, por ela nomeado como *descategorização*, que está ligado a diagnósticos pedagógico-educativos. Segundo a autora, a *descategorização* pode mudar a visão da formação do professor em relação à Educação Inclusiva, as práticas dos professores de Educação especial, o “desenho” curricular dos cursos, a política educacional e, principalmente, os estereótipos e as representações dos professores sobre alunos deficientes ou com necessidades educativas especiais (NEE).

De acordo com o Censo Escolar pode-se constatar que os professores estão atentos às mudanças e práticas educativas frente à inclusão, porém para se efetivar uma verdadeira preocupação com a qualidade no ensino, é necessário que o professor se sensibilize e realmente se sinta responsável pelo aluno que apresenta uma NEE. A formação é necessária, mas nada resolve se, na sala de aula e no contexto escolar não houver significação (entendida como experienciar e concretizar suas ações frente ao que foi aprendido) para sua prática educativa.

4. OS PSICÓLOGOS E A INCLUSÃO ESCOLAR

Este capítulo expõe o que é documentado sobre a Psicologia Escolar, questionando o papel do psicólogo frente ao que é explicitado pelos autores e o que atualmente o psicólogo escolar poderia realizar, pensando na visão social e interdisciplinar dentro da instituição Escola. Também é analisada a queixa escolar, no sentido de refletir sobre o diagnóstico clínico desvinculado com a realidade escolar.

4.1. Participação e integração dos psicólogos na Escola

Segundo Coll (1999), a finalidade principal da Psicologia da Educação consiste em criar um conhecimento específico com relação aos processos educativos, sempre utilizando, com esse objetivo, os princípios e as contribuições da Psicologia como um instrumento de indagação e de análise.

Isto implica relacionar o conhecimento psicológico com a teoria e a prática educativa. Coll (1999) relata:

A Psicologia da Educação enriquece-se com as leis, os princípios, as explicações, os métodos, os conceitos e os resultados empíricos que partem da pesquisa psicológica básica; entretanto, ao mesmo tempo, colabora na ampliação dessa pesquisa com as suas contribuições à compreensão dos fenômenos educativos e, concretamente, com suas interpretações sobre o comportamento humano em situações educativas.

As relações não são de dependência e de unilateralidade, mas, mais especificamente, de interdependência e nas duas direções. (pag. 47)

A Psicologia da Educação, embora pertinente à formação de psicólogos, é uma área caracterizada pela interdisciplinaridade, na medida em que contribui e recebe contribuições de diversas disciplinas para resolver problemas pertinentes ao aluno e seu comportamento, e também na elaboração de uma teoria subsidiando as práticas educativas.

“A Psicologia da Educação tem proporcionado, a serviço dos professores e da Educação em geral, ajuda na hora de tratar desses problemas. Às vezes, a ajuda que a Psicologia da educação proporciona é a maneira direta de um problema; na maioria das vezes, é somente parte da base para a solução do problema.(...) Em outras palavras, a Psicologia da educação serve como uma disciplina de base na Educação, da mesma maneira que as Ciências físicas servem à Engenharia. O engenheiro que projeta uma ponte ou numa refinaria necessita de alguns conhecimentos de física e de Química, é claro, mas também deve ter conhecimentos de estética, de economia e de política. De maneira similar, os professores deverão combinar contribuições da Psicologia da educação com o raciocínio filosófico sobre o que é melhor para os alunos e para a sociedade, com a consciência sociológica da dinâmica coletiva, as análises econômicas dos custos e os conhecimentos políticos sobre o vínculo entre governo e educação.” (GAGE & BERLINER, 1979, p.48)

O desenvolvimento humano envolve questões sociais, culturais e genéticas que interferem na construção do conhecimento, e que fazem parte de todo ser humano.

Dessa forma, o conceito de desenvolvimento humano é inseparável do conceito de cultura; essa determina, em grande parte, o que somos, quem somos e como nos relacionamos. O processo de desenvolvimento é o processo mediante o qual o ser humano faz sua, incorpora a cultura do grupo ao qual pertence, o que

explica que as suas capacidades, em todos os âmbitos, se concretizem de forma estritamente vinculada às aprendizagens específicas que realizará, às relações que construir e à imagem que, no decorrer das construções, pode compor-se a propósito de si mesmo. (MESTRES & GOÑI, in COLL 1999)

4.2. O psicólogo como integrante da equipe escolar

Para Khouri (1984):

...o psicólogo estará na escola para ajudar a planejar, não quaisquer programas educacionais, mas aqueles ligados ao seu compromisso profissional, à descoberta individual do Eu e do mundo, relacionando esta descoberta a pessoas e a grupos.(...) O psicólogo estará ajudando a identificar situações e comportamentos que manifestem – ou mascarem – a violência do sistema, buscando encontrar outras maneiras de atuar, que considerem e atendam à visão integral homem-mundo e a sua concomitante organização. Preocupar-se-á com a facilitação dos grupos de encontro para identificação, discussão e procura de respostas às dificuldades encontradas, num trabalho coletivo de apreensão da realidade e de elaboração de possibilidades de atuação (...) estará atuando com as famílias... estará atendendo às situações decorrentes de crises psicológicas, que ocorrerão nas escolas... (p. 5 e 6)

Tais colocações abrem a discussão para visões mais recentes do trabalho do psicólogo enquanto integrante da equipe escolar. Dessa forma, Contini (2000) destaca a crescente preocupação dos psicólogos no que concerne à mediação de questões éticas e políticas em seu trabalho, que tem tanto um foco educativo quanto o de promotor de saúde.

A atuação do psicólogo nas instituições educativas, na perspectiva de promover saúde, deve ser o de um interlocutor atento, que propicie o conhecimento da dinâmica institucional, por parte da comunidade que a compõe, com o objetivo de favorecer a integração daquela comunidade. (p. 48)

Um foco de grandes discussões acerca do papel do psicólogo na educação refere-se à vinculação ao contexto escolar, caracterizando literalmente o seu lugar enquanto profissional. Nesse sentido, compartilha-se as idéias de Neves (2005) que atribui ao psicólogo o desenvolvimento de atividades no plano institucional, junto aos professores, aos alunos e às famílias, realizando-as diretamente no contexto escolar, fazendo parte do quadro e da proposta pedagógica da escola. Vale destacar que as ações do psicólogo visam, prioritariamente, favorecer os processos de aprendizagem, o que coloca o seu trabalho no âmbito da multidisciplinaridade.

A Resolução nº 13/2007 do Conselho Federal de Psicologia, que diz sobre definição das especialidades para efeito de concessão e registro do título profissional de especialista em Psicologia, define as atribuições do psicólogo especialista em Psicologia Escolar, das quais algumas: “...em conjunto com a equipe, colabora com o corpo docente e técnico na elaboração, implantação, avaliação e reformulação de currículos, de projetos pedagógicos...; analisa as características do indivíduo portador de necessidades educacionais para orientar a aplicação de programas especiais de ensino; realiza seu trabalho em equipe interdisciplinar, integrando seus conhecimentos àqueles dos demais profissionais da educação...”

No documento, é explicitada a questão da interdisciplinariedade no trabalho do psicólogo escolar, revelando que não é uma tarefa isolada da equipe escolar, porque não haveria significado na escola avaliar clinicamente o aluno, um atendimento que busque apenas um laudo, sabendo que a resolução também não caracteriza dessa maneira.

4.3. A queixa escolar

As escolas públicas parecem vivenciar hoje, em seu contexto, um período de fértil questionamento, parecendo que nunca se falou tanto em alunos que não aprendem, alunos de salas especiais, alunos com problemas na aprendizagem... Isso parece sinalizar o quanto são importantes, nesse momento, estudos, tanto na perspectiva dos professores, quando no histórico desses alunos, que possibilitem

entender quem são esses alunos já apontados com essa adjetivação (ou até rotulação e estereótipo).

Segundo Machado (2004), atualmente somente cerca de 60% das crianças que entram na primeira série atualmente, chegam à quarta série do primeiro grau. Os 40% restantes repetem ou evadem-se. Em vista destes dados, as autoras pontuam que, ao invés de perguntar por que a escola pública produz alunos especiais, ou porque aqueles alunos não aprendem, deve-se perguntar como as relações de aprendizagem e as relações diagnósticas fabricam esse aluno.

As autoras usam a palavra *naturalizar*, para dizer que o aluno já está *naturalizado*, ou seja, pensar o que acontece é da natureza mesma das coisas e não da história. Exemplificando, quando ficamos sem saber o que fazer com algo que nos incomoda, nossa tendência é considerar que isso ocorre como se existisse fora do nosso alcance, como nos impondo a existência de um objeto externo a nosso incômodo, a ser analisado. Então, fazendo uma analogia com a situação escolar, as perguntas acerca do que fazer com essas crianças que não aprendem, correm o risco de só serem respondidas por fatores externos à situação de aprendizagem... *Encaminhar para o psicólogo para a realização de um psicodiagnóstico, encaminhar para os médicos, para os especialistas, atender os pais porque o problema é a família, encaminhar para o Conselho Tutelar...* Todas essas alternativas ilustram o fato de que, se considerarmos essas ações como as únicas intervenções imediatamente possíveis, sem mobilizar as competências da própria equipe escolar de profissionais, estaremos nos excluindo enquanto profissionais da educação e também excluindo essas crianças das práticas e das relações da instituição escolar.

Com isso, “cristalizamos” essa relação (Machado 2004), ou seja, as queixas são as mesmas há muito tempo, não há movimento. O efeito disso parece ser o de que não se pode fazer nada senão esperar.

Considera-se, aqui, que o psicólogo precisa se pensar e se ver enquanto participante ativo do universo escolar, penetrar por entre aqueles muros e aquelas grades e ver o que há realmente por trás dessa imagem. Professores e alunos, funcionários e gestores tentando driblar as situações que a política educacional não consegue atingir, fazem parte deste universo. Pais à procura de respostas, professores angustiados com sua sala, alguns felizes porque conseguiram um bom

progresso, alguns sem perspectivas... Todos esses fatos mostram um universo muitas vezes diferente do que é aparentemente visto de fora e, portanto, cabe ao psicólogo escolar a decisão de ser um mero retratista ou um integrante vivo, ativo em situações dinâmicas e não cúmplice de imagens cristalizadas.

É importante que os psicólogos se conscientizem de que “... *cada escola se constitui em um espaço historicamente construído por aqueles que o compõem, e na impossibilidade de encontrarmos duas escolas iguais, pois as redes de relações e as práticas nelas existentes são singulares.*” (MACHADO, p. 49, 2004).

Considerando que, apesar dessas contribuições ainda muitas queixas escolares chegam aos consultórios dos psicólogos, a pergunta que se coloca é, o que fazer com essa queixa escolar? Será que todos os psicólogos, por sua formação básica, estão preparados para responder a essa pergunta?

O psicólogo, em suas intervenções, pode ser solicitado a resolver vários problemas psíquicos: amenizar angústias, controlar os mais ansiosos, avaliar e manejar questões familiares, etc.. E quando se fala em uma queixa escolar, frente ao aluno que não aprende como fica esse trabalho? Fazer testes e outros procedimentos diagnósticos em alunos com dificuldades de aprendizagem, diagnosticar e atender individualmente aos seus “distúrbios” seria o procedimento mais indicado?

Souza (2002) considerou a queixa escolar como o objeto de preocupação que aparece nos estudos feitos por ela e sua equipe com psicólogas e professoras da área de Psicologia Escolar. Em sua pesquisa, que teve como pergunta como a queixa escolar aparece na formação do psicólogo, ela se deparou com algumas respostas que a impressionaram, particularmente:

... a constatação dos inúmeros equívocos presentes nos laudos psicológicos produzidos a partir de casos de crianças atendidas por especialistas por apresentarem “problemas nas escolas”. Nossa experiência no atendimento a crianças e professores das escolas públicas estaduais paulistas tem possibilitado constatar que a presença do psicólogo nas escolas se faz principalmente por meio da emissão dos laudos psicológicos a respeito das crianças que, por apresentarem “defasagem na

aprendizagem escolar”, são encaminhadas para as Classes Especiais para Deficientes Mentais Leves. (p. 108)

Esse tipo de constatação acerca do trabalho de psicólogos já aparecia anteriormente em Salazar (1996), Patto (1996), Marcondes (1997), remetendo esses pesquisadores a, como Contini (2000), questionar o papel do psicólogo e a sua função social nas instituições educativas, valorizando o papel desse profissional no processo de integração com a comunidade e como indivíduo pertencente a estas instituições. Para Contini (2000), o psicólogo deve ser o interlocutor, favorecendo a dinâmica do grupo, criando um espaço de promoção da saúde, visando mais à prevenção do que à cura e enfatizando a dinâmica institucional. Dessa forma,

... o psicólogo dedicado à área da Educação necessita, não só considerar os aspectos históricos e bases teóricas em que está sustentado o sistema educacional brasileiro, como estar preparado profissionalmente para determinar prioridades e definir sua atuação frente às demandas surgidas. (GOMES, 1995, pg. 5).

Entretanto, ainda no momento atual, pode-se observar que os professores tendem a buscar o encaminhamento de alunos para as clínicas, muitas vezes esperando uma resposta imediatista para o aluno que está sendo questionado quanto ao seu aprendizado e o trabalho do psicólogo retorna à escola, com laudos de contribuições discutíveis para o professor. Dessa maneira, de um lado temos o professor que nem sempre está seguro do aprendizado de seu aluno e, do outro lado, o psicólogo, que pode estar descontextualizado da vida escolar e social dessa criança, avaliando-a de acordo com os poucos dados que a escola emite. Há grandes riscos para o processo de aprendizagem destes alunos envolvidos nessa complexa situação, levando-nos a aquiescer com a seguinte observação:

... A perspectiva que considera o processo de escolarização enfatiza que a escola é o espaço em que relações sociais e individuais se articulam em uma rede de relações complexas e que precisam ser analisadas como tal. Ou seja, quando o psicólogo recebe uma queixa escolar, esta constitui-se

em um fragmento de uma complexa rede de relações sociais que a priori esse profissional desconhece em virtude da complexidade do fenômeno e da formação restrita que recebe.” (SOUZA, 2000, pág. 123.).

Se houvesse no âmbito escolar espaço garantido para reuniões sistemáticas (semanais, por exemplo) em que fossem discutidas em equipe as dificuldades específicas colocadas por alunos específicos, provavelmente outra configuração seria dada às queixas escolares e aos seus necessários encaminhamentos. Ou seja, frente aos fatos (queixas?) apresentados, provavelmente a existência de uma “simples” discussão em equipe permitiria que se diversificassem as concepções e a visão de questões que pareceriam fugir do âmbito escolar, “nomeadas” como *problemas psicológicos, questões de pobreza, de carência afetiva ou de limites*. O trabalho de psicólogos adequadamente formados e sensibilizados a essa visão multidisciplinar possibilitaria que tais dificuldades, muitas vezes sendo atribuídas e direcionadas a uma solução externa aos muros escolares, talvez pudessem ser melhor contempladas no próprio âmbito intra-muros.

Patto (1997) encaminha seu discurso para o papel da psicologia, questionando sobre o saber do trabalho do psicólogo, que não pode se prender a fazer avaliações psicológicas, a dar diagnósticos com base apenas nos testes de inteligência, ignorando o contexto histórico e sua história escolar.

“As atividades profissionais e científicas dos psicólogos revestem-se, como regra, de caráter meramente técnico e de pretensão de neutralidade política. Enquanto veículos de uma ciência que não criticam, eles fazem de suas pesquisas uma eterna repetição, como atesta o volume de publicações paupérrimas do ponto de vista teórico, no qual o drama humano parece pausterizado por uma concepção abstrata de homem e de sociedade.” (PATTO, 1997, p. 466).

5.MÉTODO E MATERIAIS

O presente trabalho resulta de reflexões e questionamentos sobre as vivências de professores das salas regulares com inclusão visando compreender como o psicólogo pode contribuir no atendimento do processo escolar dos alunos com NEE.

Pensando nesses questionamentos, decidiu-se realizar uma entrevista semi-estruturada com os professores que lecionam em salas regulares com inclusão, como proposta para um estudo exploratório acerca de suas expectativas quanto ao trabalho de psicólogos, que possibilite a expressão descritiva desses dados.

Segundo Ludke e André (2003), “ a entrevista é um importante alvo nas abordagens qualitativas. Na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações.” (p. 26).

Neste trabalho de pesquisa é relevante a entrevista, pois serão constatadas ações e reações do entrevistado frente ao questionamento, aproveitando todas as observações que ele fará sobre a atuação do psicólogo na inclusão escolar.

Para Festinger e Katz (1974),

“... a entrevista e o questionário aparecem como poderosos instrumentos da pesquisa social e a extensão de suas utilidades está ampliando-se constantemente. Dados sobre experiências sobre experiências passadas e comportamento futuro não podem ser obtidos por outros meios. Percepções, atitudes e opiniões não podem ser inferidas pela observação, mas são acessíveis por meio de entrevista.”(p.323)

Considera-se, neste estudo, que a maneira mais adequada de conduzir a presente investigação, na medida em que se pretende explorar aspectos constituintes de uma relação, será norteá-la pelos princípios do método qualitativo, pois:

Na pesquisa qualitativa você analisará cada situação a partir de dados descritivos, buscando identificar relações, causas, efeitos, conseqüências, opiniões, significados, categorias, e outros aspectos considerados necessários “a compreensão da realidade estudada e que geralmente envolve múltiplos aspectos.” (VIANNA, 2001, p. 122).

O instrumento de coleta de dados será a entrevista semi-estruturada, como mencionado anteriormente, pela vantagem de se conseguirem dados específicos e peculiares ao tema proposto. Do levantamento bibliográfico realizado, encontra-se em Graça (2006) um questionário que mostra afinidades com a proposta de pesquisa. Entretanto, por referir-se ao trabalho do Fisioterapeuta na Educação, tornaram-se necessárias adaptações que contemplassem a especificidade do trabalho psicológico, o que, uma vez realizado, resultou no instrumento do atual estudo. Vale ressaltar que o roteiro da entrevista semi-estruturada foi, portanto, adaptado, pois o questionário foi um apoio bibliográfico para a elaboração das questões abertas para a entrevista.

A coleta de dados foi realizada com professores da Rede Municipal de Ensino de um Município da Grande São Paulo. O município escolhido apresenta certa particularidade para o presente estudo, pois é o local onde a pesquisadora, além de ser residente, trabalha há 15 anos. A pesquisadora exerce suas funções junto à Prefeitura deste município, na Equipe Multidisciplinar da Educação Especial e esta pesquisa vai ao encontro do trabalho lá que exercido. Tal particularidade, que implica estar e continuar em contato com escolas cujos diretores e equipe escolar poderão vir a ser sorteadas para compor os participantes desse estudo, torna eticamente importante ser mantido em sigilo, o nome do município em que a pesquisa foi realizada.

Os critérios utilizados para a realização da pesquisa foram:

- 1- Exclusão das Escolas Especializadas de Educação Especial e, dentre as restantes, foram sorteadas duas escolas de Educação Infantil e duas escolas de Ensino Fundamental I (1ª a 4ª séries);
- 2- Sortearam-se apenas escolas com alunos inclusos em classes nos anos de 2006/2007;

- 3- As entrevistas foram realizadas apenas com professores que tiveram crianças incluídas por um ano pelo menos;
- 4- Os professores deveriam ter, no mínimo 3, e no máximo 10 anos de experiência no magistério.

5.1.Cuidados Éticos da Pesquisa e Procedimentos

Antes de ser iniciada a pesquisa, ocorreu a aprovação do projeto de dissertação para análise do Comitê de Ética da Universidade Presbiteriana Mackenzie, apresentando a Carta de Informação e o Termo de Consentimento a serem assinados pelo Secretário de Educação do Município e os responsáveis pelas escolas sorteadas, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a ser assinado pelos professores participantes. A Carta e o Termo seguem o que é prescrito para pesquisas com humanos, garantindo-se o mínimo risco ou desconforto físico/ psicológico para os participantes, assegurando-se a condição de sigilo e a possibilidade de deixar de participar a qualquer momento, sem restrição.

Uma vez obtida a autorização do comitê de Ética do Mackenzie, foi estabelecido contato com o Secretário da Educação do Município, visando explicar pessoalmente o motivo dessa pesquisa, com sua coleta de dados, bem como, autorização para procedermos a seu início. O secretário recomendou que, além das autorizações dos diretores responsáveis pelas escolas, fosse solicitada a autorização do diretor geral das escolas municipais, o que foi realizado antes do sorteio das escolas.

A seguir, foi realizado contato por telefone com as escolas sorteadas e ocorreu o agendamento com os respectivos diretores ou responsáveis.

Uma vez agendada a data e o horário, a pesquisadora se dirigiu à escola,contatou os professores previamente indicados pelos responsáveis, obteve destes a assinatura do TCLE e realizou as entrevistas em uma sala disponibilizada e reservada exclusivamente para isso, de modo a não ocorrerem interrupções ou riscos ao sigilo das respostas.

Uma vez encerrada a pesquisa, os dados e as conclusões obtidas a partir dela foram encaminhadas à Secretaria de Educação, com cópia para cada uma das escolas participantes, para que os sujeitos que fizeram a entrevista possam ter um retorno da sua colaboração.

Entrevista semi-estruturada com os professores

Professor 1.

1.Você leciona atualmente no Ensino Fundamental ou Infantil? E há quanto tempo?

Eu sou professora de Educação Infantil. E faz dois anos que eu dou aula. Eu ingressei nesse último concurso da Prefeitura de *****.

2.Quantos alunos você tem em sua sala de aula?

Eu tenho 30 alunos.

3.Quantos alunos de sua sala de aula apresentam necessidades educacionais especiais? Quais são estas? Há quanto tempo você trabalha com este aluno ou trabalhou com outros alunos com NEE?

Dois alunos o ano passado eu tive de inclusão. Uma era a “G” que tinha surdez não total, e o outro era o “Y” que tinha quatro anos, que não tinha diagnóstico fechado, mas tinha dificuldade na fala e um atraso mental. Eu trabalhei com eles um ano. Sabe, o “Y” ele era um menino grandão muito obeso, que tinha muita dificuldade para fazer as coisas sozinho, tudo ele pedia para alguém ajudá-lo. Eu conversava com a mãe, e ela falava que em casa a avó e ela faziam tudo para ele, sabe como é, aquelas mães que fazem tudo pro filho achando que ele ainda é bebê?... Então na escola ele queria que colocasse comida na boca dele e muitas vezes esse comportamento me deixava em dúvida, porque ele não tinha nenhuma iniciativa e também tinha dificuldade para aprender. (ficou quieta por alguns segundos). Você sabe como é, muitas vezes não temos orientação da família quando precisamos.

4.Você recebeu alguma informação quanto ao diagnóstico clínico de seu(s) aluno (s)?

Eu tinha diagnóstico clínico da “G”, mas do “Y” não.

5.Você compreendeu as informações fornecidas no diagnóstico?

Eu entendi o que estava escrito no diagnóstico porque eu tenho certo conhecimento na área de deficiência porque fiz pós em Educação Especial e também Libras, isso me ajudou muito e me ajuda a entender algumas questões de inclusão que surgem na escola.

6.O que modificou no seu trabalho o fato de você saber o diagnóstico do seu aluno?

Não modificou em nada. Eu já sabia como lidar com a “G”, então não interferiu no meu trabalho. Como eu já sabia do histórico dela, porque ela já estudava aqui no ano anterior e a mãe sempre foi muito participativa, então foi apenas uma informação a mais. Eu aproveitei que a família é muito interessada para fazer o elo com a escola.

7. Quais as dificuldades que você encontra em trabalhar com o(s) alunos com NEE?

Eu acho que a falta de uma equipe para nos orientar é o que falta nas escolas. Muitas vezes não temos com quem conversar quando surge uma dúvida com algum aluno, e os professores até querem ajudar, mas às vezes ficamos perdidos.

8. Na sua experiência, qual seria a equipe ideal para o trabalho com alunos com NEE?

Eu acho que era importantíssimo um psicólogo, para diagnosticar o emocional e um psicopedagogo e um especialista em Educação Especial.

Qual é para você a função do psicopedagogo e do Especialista em Educação Especial?

Olha... o psicopedagogo eu acredito que é a pessoa que interfere mais nas questões pedagógicas do aluno, quando ele tem uma dificuldade na escrita e na leitura, e o Especialista em Educação Especial, é o profissional que existe hoje lá na Equipe Multidisciplinar, que se especializaram em alguma área da deficiência, como deficiência visual ou mental...um estudo mais específico nessas questões da deficiência.

9. Em seu trabalho, você já teve contato com um destes profissionais?

Na escola eu não tive contato com esses profissionais, apenas uma vez quando estive na Equipe Multidisciplinar do município para falar de um aluno, mas foi por pouco tempo.

a) Quais as contribuições você esperava desse profissional?

Eu espero uma orientação para a criança, de como trabalhar dentro da área de Educação Infantil, como saber da deficiência e resolver questões emocionais. O psicólogo deveria fazer entrevistas, usar o lúdico para verificar o desenvolvimento da criança e através dos estímulos do aluno perceber suas dificuldades.

b) Quais as contribuições você recebeu deste profissional?

Não recebi nenhuma orientação, porque o dia que fui pedir ajuda para o psicólogo sobre um aluno ele exigiu o diagnóstico do aluno e como não consegui, não houve retorno. Eu acho que mesmo sem o diagnóstico o psicólogo deveria ter verificado o caso, porque a criança estacionou porque a família não ajudou no andamento do atendimento.

Em caso negativo:

a) Sob seu ponto de vista, quais as contribuições que você gostaria de obter deste profissional? Especifique-as.

Gostaria que o psicólogo conversasse com o aluno e que estivesse dentro da escola para continuar o trabalho com a criança independente de a família estar

cumprindo com o seu compromisso. Eu acredito que o estímulo ao trabalho com o aluno com deficiência é importante.

10. Comente as possibilidades de intervenção do psicólogo com os alunos, com os professores e com a família dos alunos.

Professores: acho que deve orientar o professor quanto ao estímulo que deve ser dado ao aluno, e verificar as especificidades de cada criança.

Explique melhor sobre as especificidades da criança.

Assim... na sala de aula muitas vezes você tem uma criança que apresenta um comportamento diferente da maioria, e o professor já fica atento com esse aluno. Mas nem sempre sabemos o porquê desse comportamento e passamos o ano com esse ponto de pergunta. Acho que nesses casos o psicólogo poderia estar nos ajudando a compreender o que está acontecendo e observar essa criança para poder entender o que a escola está proporcionando de positivo ou até mesmo de negativo para ela.

Família: acho que seria viável conversar com a família sobre o que está acontecendo no ambiente dentro da casa. Trabalhar a auto-estima, porque tem muita mãe que vem à escola muito desvalorizada, porque muitas vezes a vida é difícil, porque falta dinheiro, ou é o marido que não ajuda, então eu acho que o psicólogo deveria também trabalhar a questão social nessas famílias. Vou te dar um exemplo, quando tem reunião de pais, eu vejo muitas mães que não tem iniciativa para falar do seu filho, são mães jovens, que já tem mais de três filhos, e vivem reclamando da vida que levam, mas não trabalham, não vão à busca de seus ideais, tudo fica esperando do marido, e eu falo pra elas que elas devem erguer a cabeça e começar a lutar por mais autonomia, que não devem se sentir as “coitadinhas”. Muitas vezes elas ficam quietas, não falam o que pensam, eu acho isso um absurdo! Eu acho que o psicólogo deveria estar presente nesses momentos para trabalhar toda essa questão social, que interfere muito na vida da criança.

Criança: Como já disse acho que deveria ser feito um trabalho com o desenvolvimento da criança e as questões específicas de cada criança.

11. Descreva uma situação em que você pode receber (ou gostaria de poder ter recebido) ajuda de um psicólogo.

O caso do meu aluno “Y”, que independente do diagnóstico, o psicólogo poderia estar presente auxiliando no trabalho em sala de aula. O fato de eu estudar três anos Psicologia, pode ter me favorecido no sentido de não ter tantas dúvidas, mas há a necessidade de trabalhar esses alunos que não tem diagnóstico.

COMENTÁRIOS:

No início da entrevista a professora parecia segura aos questionamentos, mas em algumas questões, pode-se verificar algumas incoerências. Por exemplo, quando ela diz que possui experiência porque fez o curso de pós em educação especial, ela parece querer confirmar que não tem dúvidas em relação às questões de inclusão, mas na questão 3, onde ela relata sobre seu aluno “Y”, ela apresenta

várias dúvidas sobre o comportamento de seu aluno, não sabe dizer se há um atraso mental ou apenas um comportamento que o aluno apresenta frente ao tratamento que é dado em casa pelos pais.

Outra observação que chama a atenção é a importância que ela revela do auxílio do psicólogo na questão familiar, enfatizando a questão social. Ela faz uma intersecção entre cultura e modo de vida levando como consequência uma visão mais positiva ou negativa de cada família.

Quanto ao conteúdo específico acerca do papel do psicólogo pode-se constatar que a entrevistada vê o profissional atuando na escola com o desenvolvimento da criança, fazendo entrevistas e trabalhando com os alunos que não apresentam diagnóstico.

Professor 2

1.Você leciona atualmente no Ensino Fundamental ou Infantil?

Eu leciono no Ensino Fundamental há 10 anos.

2.Quantos alunos você tem em sua sala de aula?

Eu tenho 32 alunos na 4ª série.

3.Quantos alunos de sua sala de aula apresentam necessidades educacionais especiais? Quais são estas? Há quanto tempo você trabalha com este aluno ou trabalhou com outros alunos com NEE?

No ano passado na 1ª série eu tinha um aluno disléxico e dois hiperativos, na outra sala a tarde que eu dava aula eu tinha um aluno com dificuldade de aprendizagem e um aluno que ia ao psiquiatra, tinha uma doença mental, que não sei dizer qual era. Eu trabalhei com eles durante o ano letivo.

4.Você recebeu alguma informação quanto ao diagnóstico clínico de seu(s) aluno (s)?

Eu tinha três alunos que havia diagnóstico comprovado.

5.Você compreendeu as informações fornecidas no diagnóstico?

Eu na verdade não compreendi tudo que estava escrito no papel porque tinha uma linguagem de médico, e não dizia claramente o que o aluno tinha e nem como trabalhar em sala de aula.

Você pensa que no diagnóstico deve ter essa informação de como trabalhar em sala com a criança?

Eu acho que poderia ter alguma observação para a escola saber como agir de acordo com o diagnóstico. Não que deveria ser explicado com todos os detalhes, mas dar uma visão de como se comportar, assim ajudaria o professor.

6.O que modificou no seu trabalho o fato de você saber o diagnóstico do seu aluno?

Modificou sim o meu trabalho, porque eu tive que pesquisar sobre o diagnóstico e tentar fazer um trabalho diferente com esses alunos.

Explique sobre esse trabalho diferente?

Quando eu começava uma atividade com todos os alunos da sala, eu não conseguia seguir esse mesmo modelo de atividade para meu aluno "X", porque ele não conseguia acompanhar. Então eu deixava pronta outra lição para ele. Porque nem sempre ele conseguia seguir o ritmo da classe. Eu dava muitas atividades de alfabetização.

7.Quais as dificuldades que você encontra em trabalhar com o(s) alunos com NEE?

A dificuldade que eu encontro é trabalhar com alunos da inclusão junto com os outros alunos, porque cada um tem sua dificuldade para trabalhar, então surge à preocupação em conseguir atender a todos os alunos. Muitas vezes o professor se sente sozinho nesse trabalho, vai trabalhando naquele esquema de tentativas de erros e acertos.

8.Na sua experiência, qual seria a equipe ideal para o trabalho com alunos com NEE?

Médico (um neurologista e um psiquiatra), um psicólogo, um psicopedagogo, um fonoaudiólogo e um professor de Educação Física.

Qual a importância desses profissionais para você?

O psiquiatra e o neurologista para diagnosticar casos mais graves, porque quando encaminhamos alunos para o posto para passar por esses médicos, pode esquecer, porque demora demais o atendimento por causa da demanda que é muito grande. O fonoaudiólogo, eu acho muito importante porque nas escolas tem muitas crianças com problemas na fala. O psicólogo teria um papel muito importante porque ajudaria os professores com os casos de inclusão e os alunos com problemas. Por exemplo, um aluno que bate, que tem comportamentos errados e ajudaria no atendimento aos pais também. O professor de Educação Física para indicar os exercícios corretos para alunos de inclusão, que muitas vezes o aluno tem uma deficiência que exige certos cuidados que o professor da sala não sabe. Então o professor de Educação Física seria ideal também.

9.Em seu trabalho, você já teve contato com um destes profissionais?

Nunca tive contato com esses profissionais.

Em caso negativo:

a)Sob seu ponto de vista, quais as contribuições que você gostaria de obter deste profissional? Especifique-as.

Dar segurança para saber se o que estou fazendo na sala está certo. Acho que o psicólogo deveria dialogar com os professores para saber sobre o trabalho desenvolvido e dar uma orientação.

10. Comente as possibilidades de intervenção do psicólogo com os alunos, com os professores e com a família dos alunos.

Família: orientar os pais sobre as dúvidas do filho. Por exemplo, o pai quando tem uma dúvida sobre seu filho, diz para o professor que vai procurar o psicólogo porque não sabe o que está acontecendo com o seu filho. Mas nem sempre o caso é para o psicólogo. Muitas vezes o pai confunde o que fazer com seu filho.

Professores: O professor às vezes precisa conversar sobre os casos de seus alunos, muitas vezes está cansado, estressado e precisa de uma orientação.

Alunos: O psicólogo poderia ajudar o aluno dando um atendimento individual ou em grupo para quem precisasse.

Que tipo de atendimento você quis dizer?

Acho que o psicólogo poderia conversar com essa criança para detectar o que está acontecendo, e orientar os pais e os professores como agir diante do problema.

11. Descreva uma situação em que você pode receber (ou gostaria de poder ter recebido) ajuda de um psicólogo.

O caso de uma aluna que tinha um problema mental, que batia e mexia com as crianças, e quase todos os dias tinha uma situação difícil para enfrentar.

E como você acha que o psicólogo poderia te ajudar nessa situação?

Eu acho que o psicólogo poderia dar uma orientação de como eu deveria agir quando ocorresse isso, e até dizer o que eu estava fazendo de certo ou errado. Poderia junto comigo achar uma maneira de amenizar esses acontecimentos e fazer uma reunião para expor a situação e em grupo com a equipe escolar trabalhar esse caso.

COMENTÁRIOS

A professora pareceu preocupada com as questões da inclusão, mas tem dúvidas quando fala sobre diagnóstico, tanto que na sua resposta ela relata que no diagnóstico o profissional deve colocar como trabalhar a dificuldade da criança em sala de aula. Percebe-se que para ela o psicólogo é o profissional que vai dar total segurança no seu trabalho e também como um profissional que pode servir como “válvula de escape” para o professor quando diz “... o professor às vezes está cansado, estressado, precisa de alguém para conversar.”

A entrevistada focaliza, em várias colocações a necessidade da presença do psicólogo para orientar, conversar, atender alunos e professores.

Professor 3

1. Você leciona atualmente no Ensino Fundamental ou Infantil?

Eu leciono na Educação Infantil há 10 anos.

2.Quantos alunos você tem em sua sala de aula?

Eu tenho 25 alunos.

3.Quantos alunos de sua sala de aula apresentam necessidades educacionais especiais? Quais são estas? Há quanto tempo você trabalha com este aluno ou trabalhou com outros alunos com NEE?

Eu tive o ano passado um aluno com Síndrome de Sturge. E fiquei um ano com ele.

4.Você recebeu alguma informação quanto ao diagnóstico clínico de seu(s) aluno (s)?

Sim, eu sabia do diagnóstico porque ele já era aluno da escola no ano anterior.

5.Você compreendeu as informações fornecidas no diagnóstico?

Sim. O laudo foi feito por uma assistente social, e tinha fácil entendimento por isso não tive dúvidas.

6.O que modificou no seu trabalho o fato de você saber o diagnóstico do seu aluno?

Não modificou nada frente ao diagnóstico, mas sim quanto a favorecer um trabalho diferenciado em alguns momentos.

Que tipo de trabalho diferenciado você fez?

As lições às vezes eram diferentes, às vezes fazia trabalho com massinha, de pular corda, de memorização das palavras. Dependendo da dificuldade que ele apresentava eu buscava uma lição diferente para tentar superar o que estava difícil para ele.

7.Quais as dificuldades que você encontra em trabalhar com o(s) alunos com NEE?

Acho que o mais difícil é não ter mais uma pessoa na sala de aula para ajudar esse aluno.

8.Na sua experiência, qual seria a equipe ideal para o trabalho com alunos com NEE?

Psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo.

9.Em seu trabalho, você já teve contato com um destes profissionais?

Sim. Eu tive contato com o psicólogo, mas por pouco tempo.

a)Quais as contribuições você esperava desse profissional?

Uma aluna minha a uns 3 anos atrás procurou o psicólogo da rede municipal para atendimento e eu esperava que a criança tivesse um atendimento mais longo. Foram poucos atendimentos.

b)Quais as contribuições você recebeu deste profissional?

Muito pouca contribuição. Uma psicóloga em um ano atrás fez uma triagem em uma aluna minha e uma pequena orientação.

O que aconteceu depois disso?

Depois eu fiquei sabendo que a criança foi encaminhada para o psicólogo do posto de saúde e ficou aguardando ser chamada. Mas a fila de espera do posto, todo mundo sabe que é muito grande... Então nem sei se ela conseguiu esse atendimento.

10. Comente as possibilidades de intervenção do psicólogo com os alunos, com os professores e com a família dos alunos?

Família: Acho que o psicólogo deveria falar com uma linguagem esclarecedora, sobre a conduta e atitudes que os pais devem ter com seus filhos e serem mais pontuais na suas ações.

Professores: Dar uma orientação, no sentido de limites com o tratamento com seus alunos. E também fazer observações através de conversas e relatórios que o professor faria sobre o aluno para verificar o progresso ou o retrocesso do aluno em sala de aula e fazer um acompanhamento anual.

Criança: Um atendimento específico para cada caso.

Como seria esse atendimento?

Seria um atendimento com entrevistas, relatórios dos alunos, acompanhamento do caso, onde o psicólogo estaria sempre falando com a criança e num segundo momento conversando com os professores sobre o caso. Acho que ajudaria muito para nós professores e para os alunos.

11. Descreva uma situação em que você pode receber (ou gostaria de poder ter recebido) ajuda de um psicólogo.

Eu tinha um aluno com Psicose infantil. Eu tinha 35 alunos em sala de aula, mas eu tinha uma assistente para me ajudar com esses alunos. E o combinado era que toda vez que eu faltasse ou a ajudante faltasse os pais seriam avisados para o aluno não vir à aula, porque uma das professoras faltou. Um dia a minha assistente faltou e eu resolvi não mandá-lo para casa, porque não achava certo deixá-lo sem aula porque estava só uma profissional na sala, então resolvi ficar com ele. Esse dia foi muito difícil, acabei me arrependendo, porque eu tive que ficar o tempo todo olhando ele, porque ele não parou um segundo, e com isso não consegui dar atenção devida aos outros alunos. Se nesse momento um psicólogo estivesse na escola, poderia pontuar pra mim o porquê de não ter dado certo eu ficar com ele e me auxiliar na melhor atitude a tomar.

COMENTÁRIOS:

Nesta entrevista verifica-se que a professora potencializa o papel do psicólogo como orientador de comportamentos e atitudes de pais e professores.

Também relata a importância do psicólogo atuando dentro da escola para mediar determinadas situações de alunos.

Professor 4

1.Você leciona atualmente no Ensino Fundamental ou Infantil?

Eu leciono para o Ensino fundamental. Há mais de cinco anos.

2.Quantos alunos você tem em sua sala de aula?

Vinte e oito alunos.

3.Quantos alunos de sua sala de aula apresentam necessidades educacionais especiais? Quais são estas? Há quanto tempo você trabalha com este aluno ou trabalhou com outros alunos com NEE?

Um aluno no ano de 2007 tinha dificuldade na fala, mas não tinha diagnóstico fechado.

4.Você recebeu alguma informação quanto ao diagnóstico clínico de seu(s) aluno (s)?

Sim.

5.Você compreendeu as informações fornecidas no diagnóstico?

Não foi totalmente compreensível, foi entendido que desde o nascimento apresentava problemas na comunicação.

6.O que modificou no seu trabalho o fato de você saber o diagnóstico do seu aluno?

O meu trabalho não modificou porque continuei trabalhando em grupo e a aluna teve uma boa adaptação na sala. Eu não me apeguei ao diagnóstico e continuei meu trabalho.

7.Quais as dificuldades que você encontra em trabalhar com o(s) alunos com NEE?

Dependendo do grau da inclusão, acho que o apoio de mais uma pessoa na sala para ajudar no trabalho.

O que você entende por grau de inclusão?

Depende da gravidade da deficiência, pode ser um aluno com uma deficiência mental ou um aluno com paralisia cerebral, cada um tem seu nível de gravidade. Alunos com menos comprometimento é mais fácil de trabalhar na sala de aula.

8.Na sua experiência, qual seria a equipe ideal para o trabalho com alunos com NEE?

Psicólogo para orientar o professor e o aluno e familiares e um psicopedagogo para orientar quanto ao trabalho pedagógico.

9.Em seu trabalho, você já teve contato com um destes profissionais?

Nunca tive contato.

Em caso negativo:

a)Sob seu ponto de vista, quais as contribuições que você gostaria de obter deste profissional? Especifique-as.

Orientar os pais, os profissionais da escola, quanto às dificuldades apresentadas pelos alunos.

10. Comente as possibilidades de intervenção do psicólogo com os alunos, com os professores e com a família dos alunos?

Pais: ensinar os pais a serem pais, porque hoje os pais estão perdidos na educação de seus filhos.

Professores: Orientação quanto às ações do professor, como lidar com certas situações que vivenciamos em sala de aula.

Quais situações?

Situações que muitas vezes tomamos certas atitudes que muitas vezes não surtem efeitos, como brigas em sala, alunos que não obedecem às regras, alunos com problemas familiares e que começam a regredir no aprendizado.

Alunos: Conhecer a criança e descobrir o foco do problema através das atitudes que ela apresenta e orientar professores e pais.

11. Descreva uma situação em que você pode receber (ou gostaria de poder ter recebido) ajuda de um psicólogo.

Como lidar com alunos agitados e imaturos na sala de aula.

Explique com mais clareza essa situação.

Hoje na sala de aula nós sempre temos aqueles alunos que tem uma dificuldade em permanecer nas cadeiras, em esperar sua vez de falar, em ficar sem bater nos colegas, ficar sem bagunçar na aula. E nem sempre a gente consegue resolver esse problema, e quando o aluno persiste nesse comportamento, ficamos sempre em dúvida em como agir. E também há outro aluno, que é aquele que eu chamo de imaturo, porque tudo chora, não realiza as atividades sozinho, tudo precisa que o professor faça pra ele. Até que ponto isso é mimo de mãe, ou frescura do aluno. Eu acho que nesses casos deveria ter um psicólogo na escola para observar esses casos e avaliar esses alunos.

COMENTÁRIOS:

Verifica-se que há, nessa entrevista, uma busca do psicólogo para trabalhar aspectos comportamentais juntamente com aspectos ligados à aprendizagem.

Demonstra-se, também, preocupação em buscar respostas para as dificuldades encontradas pelo professor em lidar com conflitos emergentes do dia-a-dia.

E, mais uma vez, remete o psicólogo para dentro da escola para atuar nessas situações apresentadas.

6. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

QUADRO 2 – CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS

CARACTERÍSTICAS	ENTREVISTADOS			
	P1	P2	P3	P4
Sexo	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.
Tempo de magistério	2 anos	10 anos	10 anos	+ 5 anos
Série em que leciona	Educação infantil	Ensino fundamental 4º série	Educação infantil	Ensino fundamental
Total de alunos em sala	30	32	25	28

Observa-se que todos os participantes são do sexo feminino e que há disparidade quanto ao tempo de experiência no trabalho, o qual oscila de 10 a 2 anos. Quanto ao número de alunos em sala, a diferenciação entre elas pode ser de até 07 alunos, mas todas encontram-se abaixo da prescrição legal de 35 alunos por sala.

QUADRO 3 – INFORMAÇÕES QUANTO AO DIAGNÓSTICO

PERGUNTAS	ENTREVISTADOS			
	P1	P2	P3	P4
Você recebeu alguma informação quanto ao diagnóstico clínico de seu aluno?	“Tinha diagnóstico da “G”, mas do “Y” não.”	“Eu tinha 3 alunos que havia diagnóstico.(sic)”	“sim...porque ele já era aluno da escola no ano anterior.”	“Sim.”
Você compreendeu as informações fornecidas no diagnóstico?	“...Entendi o que estava escrito porque tenho certo conhecimento na área de deficiência...”	“...não compreendi tudo...porque tinha uma linguagem de médico...”	“sim...tinha fácil entendimento por isso não tinha dúvidas.”	“Não foi totalmente compreensível.”
O que modificou no seu trabalho o fato de você saber o diagnóstico do seu aluno?	“Não modificou em nada...já sabia como lidar com “G”... já sabia do diagnóstico dela, por que ela já estudava no ano anterior.”	“Modificou sim porque eu tive que pesquisar sobre o diagnóstico...”	“Não modificou nada...um trabalho diferenciado em alguns momentos.”	“...não modificou porque continuei trabalhando em grupo...”

Um dos pontos em pauta nessa questão é que nem todos os alunos que apresentam NEE têm diagnósticos (P1). E, para aqueles que foram dadas informações diagnósticas, nem sempre as professoras conseguiram entender realmente qual a situação do aluno, porque a linguagem destes diagnósticos não foi totalmente compreendida (P2, P4). Destaca-se a resposta da professora que considera que seu trabalho se modificou “ *porque eu tive que pesquisar sobre o diagnóstico*”. Há nessa afirmação a idéia de que trabalhar com crianças com NEE implica atualizar-se, obter conhecimentos, preparar-se para o novo. Quando questionadas sobre ter havido alguma mudança no trabalho ao obterem informações diagnósticas do aluno, 3 professoras responderam que não (P1,P3,P4). Entretanto, explicitam condições muito diferentes: uma já sabia como lidar com o aluno; outra disse que há a necessidade de um trabalho diferenciado em momentos diversos. Mas o dado que parece ser o mais original é o da professora que diz simplesmente que o conhecimento do diagnóstico não alterou seu trabalho “*porque continuei trabalhando em grupo*”. Essa resposta parece revelar um grande engajamento da professora com os princípios da educação inclusiva, em que, mesmo com necessidades educativas especiais, a criança é vista como pertencendo ao grupo de alunos, sem qualquer distinção nesse sentido.

QUADRO 4 - TRABALHO COM ALUNOS COM NEE E EQUIPE PARA TRABALHO

PERGUNTAS	ENTREVISTADOS			
	P1	P2	P3	P4
Em seu trabalho você já teve contato com esse profissional?	“...apenas uma vez na Equipe Multidisciplinar.”	“Nunca tive contato.”	“sim...mas por pouco tempo.”	“Nunca tive contato.”
Quais contribuições você esperava deste profissional?	“...orientação para a criança/resolver questões emocionais/fazer entrevistas/usar o lúdico para saber o desenvolvimento da criança.”		“...esperava que a criança tivesse um atendimento mais longo.”	
Quais contribuições você recebeu deste profissional?	“Não recebi nenhuma contribuição.”		“...uma psicóloga fez uma pequena orientação em um aluna minha.”	
Em caso negativo: Quais as contribuições você gostaria de receber deste profissional?	“...conversasse com os alunos/...e que estivesse dentro da escola para continuar o trabalho com a criança.”	“Dar segurança.../dialogar com os professores e orientação.”		“...orientar os pais, os profissionais da escola, quanto as dificuldades apresentadas pelos alunos.”

Em relação às dificuldades que elas encontram em trabalhar com alunos com NEE, duas professoras relataram que a falta de uma pessoa de apoio para ajudá-las em sala é um dos fatores que prejudicam no trabalho. A professora 1 diz que a falta de uma equipe para orientar o trabalho é o que se torna mais difícil para ela.

Quanto a qual seria a equipe ideal para o trabalho com alunos com NEE, todas colocaram o psicólogo e o psicopedagogo como um dos profissionais importantes. Outro profissional que foi citado pelas professoras (P2 e P3) foi o fonoaudiólogo. Ainda foram citados o professor de Educação Física e um especialista em Educação Especial, considerando este como o educador que se especializou em alguma área da deficiência, com um estudo mais específico dessas questões.

QUADRO 5 – ESPECIFICAMENTE COM RELAÇÃO AO PSICÓLOGO

PERGUNTAS	ENTREVISTADOS			
	P1	P2	P3	P4
Quais as dificuldades que você encontra em trabalhar com alunos que apresentam NEE?	“...falta de uma equipe para nos orientar.”	“...trabalhar com alunos da inclusão junto com os outros alunos.”	“...o mais difícil é não ter na sala uma pessoa para ajudar esse aluno.”	“...o apoio demais pessoas na sala para ajudar no trabalho.”
Na sua experiência qual seria a equipe ideal para o trabalho com alunos com NEE?	“Psicólogo, psicopedagogo, especialista em Educação Especial.”	“Médico, neurologista, psiquiatra, psicólogo, psicopedagogo, fonoaudióloga, especialista em Educação Física.”	“Psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo e psicoterapia (sic).”	“Psicólogo e psicopedagogo.”

Destaca-se deste quadro o fato de que o contato com o psicólogo ou não ocorreu, ou foi considerado mínimo: “*apenas uma vez na Equipe Multidisciplinar*”; “*sim...mas por pouco tempo*” . Tende a sugerir, a princípio, dificuldades e insatisfação com esse relacionamento. Isso parece ser confirmado a seguir, na medida em que, apesar de serem explicitadas expectativas (portanto, necessidade e desejo de contar com a ajuda) do trabalho do psicólogo, nada foi obtido, ou pouco se obteve em pouco tempo. As expectativas, entretanto, são tão numerosas, abrangentes e intensas, que vale destacá-las:

“...orientação para a criança/resolver questões emocionais/fazer entrevistas/usar o lúdico para saber o desenvolvimento da criança.”(P.1)

“...conversasse com os alunos/...e que estivesse dentro da escola para continuar o trabalho com a criança.”(P.1)

“Dar segurança.../dialogar com os professores e orientação.”(P.2)

“...orientar os pais, os profissionais da escola, quanto às dificuldades apresentadas pelos alunos.”(p.4)

Pode-se ver que os professores propõem ao psicólogo tarefas absolutamente pertinentes a essa profissão, abrangendo corretamente as possibilidades de ação com alunos, familiares e professores. Mas novamente insinua-se um lamento de não poder contar com o psicólogo na própria situação, na escola....” e *que estivesse dentro da escola para continuar o trabalho com a criança.”(P.1.)*

QUADRO 6 – INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO

POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO	ENTREVISTADOS			
	P1	P2	P3	P4
Professores	“...orientar quanto ao estímulo que deve ser dado ao aluno.”	“...orientar...o professor às vezes precisa conversar sobre os casos de seus alunos.”	“...orientação (limites e como tratar o aluno), fazer relatórios para verificar o progresso do aluno.”	“...orientação quanto as ações do professor.”
Família dos alunos	“...trabalhar a auto-estima...trabalhar a questão social.”	“...orientar os pais sobre as dúvidas do filho.”	“...falar sobre a conduta e a atitudes que os pais devem ter com seus filhos.”	“...ensinar os pais a serem pais.”
Alunos	“...um trabalho com o desenvolvimento da criança.”	“...atendimento individual ou em grupo.”	“...um atendimento específico (tratar o problema da criança).”	“...descobrir o foco do problema através das atitudes que ela apresenta.”

No que se refere às possibilidades de intervenção junto aos professores, novamente o grupo pesquisado mostra que há expectativas bastante adequadas às possíveis atribuições dos psicólogos e todas falaram da importância do apoio do psicólogo como orientador de questões que surgem com os alunos em sala de aula. Consideram que devem orientar o professor frente aos aspectos cognitivos dos alunos (*estímulos a serem dados*), frente aos aspectos comportamentais (*colocação de limites, modo de tratar, ações do professor*), frente à avaliação (*relatórios, verificar progresso*) e, o que parece merecer especial destaque, poder ser continente às angústias do professor ...o professor às vezes precisa conversar sobre os casos

de seus alunos.” ...Com relação à família, a tendência do grupo foi de destacar a importância dos psicólogos orientarem os pais quanto às atitudes frente aos filhos. O entrevistado P4 chega a relatar que “... os pais estão perdidos na Educação de seus filhos.”. É interessante focalizar o discurso de P.1, contrapondo “...trabalhar a auto-estima...trabalhar a questão social.”. Parece sugerida nessa fala a percepção que o professor tem de que as condições sociais (possivelmente críticas...) desse momento afetam a psique individual e o trabalho do psicólogo tangencia essas margens. .

Em relação aos alunos P1 acha que o psicólogo deve fazer um trabalho com o desenvolvimento infantil das crianças, P2, P3 e P4 acham que deve ser feito um atendimento individual ou grupal específico e o diagnóstico é também mencionado por P.4. Essas respostas parecem sinalizar altas expectativas, com o psicólogo visto como o profissional que diagnostica, que atende aos problemas, que “trabalha o desenvolvimento” ou seja, como aquele que pode e deve atender a tudo que pareça problemático para com o aluno. Neste momento destaca-se uma visão de trabalho do psicólogo desconectado do trabalho interdisciplinar, em equipe, chegando quase a identificá-lo com um modelo médico, em que problemas tenham “o seu foco descoberto” e “sejam atendidos individual ou grupalmente em sua especificidade”.

QUADRO 7 – DESCRIÇÃO DE UMA SITUAÇÃO QUE GOSTARIA DE RECEBER AJUDA DE UM PSICÓLOGO

P1	P2	P3	P4
“...Meu aluno “Y” que não tinha diagnóstico...necessidade de um psicólogo para trabalhar alunos sem diagnósticos.”	“...caso de uma aluna que tinha um problema mental, que bati a e mexia com as crianças...psicólogo dar orientação de como agir.”	“...aluno com Psicose Infantil...psicólogo poderia pontuar...e me auxiliar na melhor atitude a tomar.”	“...como lidar com alunos agitados e imaturos na sala de aula..”

A última questão tinha como propósito que as professoras descrevessem uma situação em que elas receberam ou gostariam de ter recebido a ajuda de um psicólogo. Todas as descrições referiram-se a casos com alunos que apresentavam uma dificuldade em sala, com o professor não conseguindo fazer uma interferência positiva que considerasse positiva. As referências são no tempo condicional, sugerindo que, se recebeu ajuda, ansiava por receber mais. A ausência de

diagnóstico, ou diagnósticos como “*psicose infantil*”, “*problema mental*” e até “*agitação e imaturidade*” parecem revelar muita angústia, muita solidão e um grande anseio por uma presença pró-ativa do psicólogo na instituição Escola. Destaca-se neste momento que não ocorre referência alguma ao trabalho do psicólogo com a família, bem como não se sinaliza verdadeiramente uma equipe (exceto uma parceria professor e psicólogo), evidenciando que, nas percepções dos professores pesquisados, há pouco conhecimento sobre as possibilidades de trabalho realmente interdisciplinares.

Frente a esses dados podemos verificar que esses professores apresentam várias considerações sobre o trabalho do psicólogo, mas destaca-se pelos relatos que a necessidade que sentem da presença do psicólogo nas escolas, aproxima-se de uma queixa de desamparo e falta de atendimento.

Discussão dos resultados

Analisando o conjunto de respostas dos professores retomam-se algumas considerações pertinentes aos objetivos deste estudo.

Pode-se verificar, pelo quadro 3, que a maioria das professoras receberam diagnóstico clínico do aluno, mas que ainda há dúvidas sobre as informações contidas nestes. As professoras que afirmaram entendimento do diagnóstico justificaram o fato alegando linguagem de fácil entendimento.

Quando questionadas sobre a mudança de trabalho frente ao diagnóstico do aluno, duas professoras relataram que não houve mudança porque já conheciam o histórico da aluna; e outra que prosseguiu seu trabalho em sala, constatando que não houve problemas com o aluno.

Enfatizando esse relato, temos em Sekkel (2005) uma reflexão que corrobora os dados encontrados:

“A construção de um ambiente inclusivo cria a necessidade de um coletivo na escola, participativo, e que possa conter as diferenças, sem sufocá-las; e trabalhar a partir delas.” (p. 119).

Verifica-se, ainda, que essas professoras, quando sabem do diagnóstico, mantêm-se numa atitude de acolhimento das possíveis diferenças de seus alunos, ou seja, mostram uma relativa independência para seu trabalho frente às

informações, embora questionem a eficácia da linguagem de transmissão destas prosseguindo estimuladas a trabalhar com esse aluno, como com os demais.

No quadro 4 avaliamos as dificuldades que os professores encontram em trabalhar com alunos com NEE. Foi constatado que o professor necessita de auxílio de um profissional em sala para ajudá-los e deseja a cooperação de uma equipe para receber orientações.

Com relação à equipe ideal para o trabalho com alunos com NEE, em todos os relatos, o psicólogo aparece nomeado como profissional de grande relevância. Apesar de o psicólogo ser citado freqüentemente na pesquisa, percebe-se que alguns dos professores entrevistados nunca tiveram contato com este profissional, ou que o intercâmbio obtido foi vivido como muito breve (quadro 5).

Conseqüentemente, quando questionados sobre as contribuições que gostariam de receber deste profissional, são enunciadas várias demandas referentes ao favorecimento do trabalho com alunos com NEE. Não se deve omitir, entretanto, concordando com as conclusões da pesquisa de Araújo, 2001, que “*Existem várias demandas a serem trabalhadas nas escolas e o psicólogo teria importante contribuição a dar*” (p. 94). Esse pesquisador remete ao fato de que caberia, inclusive ao psicólogo, o papel de fomentador de debates e reflexões inerentes à educação, frente a temas tais como a pluralidade cultural, a ética, a violência, saúde e meio ambiente, dentre tantos outros assuntos que dizem respeito ao respeito às diferenças. Assim, a situação de fazer frente às NEE dos alunos propõe, particularmente na prática da inclusão, é exposta pelos participantes dessa pesquisa como uma extremamente desejada parceria em que “*o psicólogo teria importante função de articulação entre as partes envolvidas, objetivando a promoção do bem-estar destas*” (ARAÚJO, 2001, p.94). Nesse sentido, vale destacar a correta concepção dos entrevistados ao referirem-se a possibilidades de intervenções junto aos alunos, aos familiares e aos integrantes da instituição, particularmente aos professores, como campo de trabalho do psicólogo.

Ao delegarem ao psicólogo no ambiente escolar várias atribuições, a palavra *orientação* foi muito utilizada por nossos entrevistados, tanto se referindo à contextualização do trabalho com professores, quanto para com famílias e alunos. Percebe-se que *orientação* aplica-se frente a dar limites, resolver casos de alunos, ações do professor, ensinar a pais, atender dúvidas, enfim, a uma multiplicidade de competências. Entretanto, talvez a mais importante das competências dos

psicólogos, a de oferecer uma escuta continente e acolhedora das angústias, não deixou de ser destacada (P.2). Esse dado caracterizaria um marco de compreensão, considerando-se que o relato obtido desse grupo de professores respeitaria uma especificidade do trabalho do psicólogo enquanto membro da equipe educacional e não como clínico (apenas um entrevistado- P.3- referiu-se a *fazer psicoterapia*, por exemplo).

No entanto, no momento de descrever uma situação em que gostaria da ajuda do psicólogo, o foco destacado ainda foi o de resolver conflitos. Foram relatados casos de comportamentos considerados inadequados em sala de aula e também a busca de orientação para lidar com situações de inclusão (P.3). Assim, embora se revelem presentes, na pesquisa, ainda muitas dúvidas sobre o trabalho com alunos que apresentam NEE, esse grupo de professores sinaliza para o fato de que as possibilidades de contribuições específicas do psicólogo previstas pela resolução CFP Nº 13/2007, que define as atribuições dos psicólogos especialistas em Psicologia Escolar/Educacional, permanecem pouco conhecidas e exploradas por parte dos professores.

Levando em consideração os depoimentos relatados, fica evidente, em síntese, que o psicólogo é solicitado por estes professores para estar trabalhando dentro do universo escolar, havendo uma grande demanda de busca de soluções para alunos que apresentam NEE.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar está presente nas escolas, acarretando dúvidas, mudanças na estrutura física, movimentando os envolvidos com o processo educacional, remetendo à necessidade de conscientização frente a novas perspectivas e à legislação atual. Nesse momento de transformações, a figura profissional do psicólogo também é alvo de questionamentos das instituições escolares, implicando a necessidade de pesquisas que contemplem a especificidade de seu trabalho frente às peculiares demandas do ensino de alunos com NEE. Mais do que nunca, soam como oportunas as colocações de Vectore e Maimoni , in Campos [(org.), 2007]:

...o trabalho se inicia, com um levantamento cuidadoso das necessidades da instituição e das expectativas dos profissionais atuantes (professores, diretores, coordenadores, etc.) acerca do trabalho do psicólogo escolar; trata-se de um momento bastante importante, pois é possível reconhecer as demandas da instituição e clarificar, junto aos envolvidos as reais possibilidades de atuação, desmistificando fantasias e preconceitos relativos à função do psicólogo dentro de tais contextos.” (p. 142)

Contemplando esse fato, foi proposta a presente pesquisa exploratória, em que se buscou descrever as atribuições do papel do psicólogo por parte de professores que lecionam em salas regulares onde há a inclusão escolar. Constatamos que são muitas as atribuições do psicólogo emergentes do discurso destes professores, mas o que aparece como destaque para este grupo pesquisado é o fato de salientarem a presença do psicólogo no contexto escolar, como integrante necessário e co-responsável pelo atendimento às demandas que se configuram nas salas de aula. Nesse sentido, a tendência das respostas constatadas nesse grupo vem ao encontro da proposta da investigadora de oferecer subsídios para validar a idéia da importância do psicólogo trabalhar no ambiente escolar, particularmente no processo de inclusão escolar de alunos com NEE, junto e como membro que integra ativamente a equipe educacional, idéia esta defendida também nos trabalhos de Emílio (2004) e Sekkel (2005). Pode-se, portanto, considerar que a primeira atribuição específica do psicólogo, para estes professores, é de assegurar uma presença rotineira, que lhe ofereça a segurança de contar com um interlocutor qualificado a dialogar sobre eventuais dúvidas quanto às atitudes e decisões que devem tomar em sala de aula com os alunos que apresentam NEE.

As expectativas destes professores para com os psicólogos frente à temática da inclusão, vão desde este profissional orientar os pais quanto às dificuldades que os filhos apresentam, até a escuta de angústias do professor frente ao trabalho com seus alunos com NEE. É interessante destacar que cada um dos entrevistados foi capaz de relatar uma intervenção de acordo com sua necessidade no seu ambiente escolar, embora haja o registro de que o intercâmbio com o psicólogo foi mais breve do que esperavam.

Os dados obtidos nesse pequeno grupo permitem, pela clareza e coerência de expectativas, mostrar que o psicólogo é visto por eles como um facilitador do trabalho do professor. Demonstrem consciência dos recursos deste profissional em alcançar e articular informações diagnósticas no âmbito interdisciplinar, bem como na intervenção junto a pais e familiares, visando a uma integração de esforços destes com os da equipe educacional no sentido de promover o desenvolvimento global do aluno com NEE. Ainda assim, para esse grupo de entrevistados, não se configuram todas as possibilidades explicitadas pelo CFP (2007), particularmente as que se referem à aplicação de conhecimentos psicopedagógicos e/ou psiconeurológicos, concernentes ao processo ensino aprendizagem de todos os alunos, e, talvez, principalmente daqueles com NEE.

A atual pesquisa permite entrever que, nas expectativas que podem ser descritas a partir desse grupo de professores, o psicólogo passa a ser considerado não mais como um profissional atrelado ao modelo clínico de clínicas particulares, mas exercendo o papel de agente social e institucional também. Essa visão sinaliza a necessidade de prosseguir a busca de novas perspectivas para o Psicólogo Escolar, focalizando uma visão sociointeracionista, com o psicólogo intervindo também, enquanto sujeito que é, imerso nas questões sociais, tal qual as instituições escolares e todos seus participantes (dirigentes, técnicos, professores, alunos, familiares e comunidade envolvida).

Abre-se, dessa maneira, amplo campo de questões a serem pesquisadas no que diz respeito à inclusão escolar de alunos com NEE, na medida em que estes não são sujeitos passivos, mas sim agentes ativos. Enquanto tal, são também promotores de mudanças, inclusive, como essa pesquisa exploratória evidenciou na demanda intermediada pelos professores, de reformulações no trabalho dos psicólogos, cuja intervenção deve deixar de privilegiar excessivamente o diagnóstico

clínico que avalia o aluno, mas passar a considerar imprescindível a ação conjunta das vivências escolares , familiares e da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, M. V. **O Psicólogo na Educação Especial: posições do Conselho Federal de Psicologia e do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento)- Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2001.
- BAUMEL, R. C. R. C., RIBEIRO, M. L. S. (orgs.) **Educação Especial, do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.
- BECKER, E. GRAÇA, P. **Inclusão e Interdisciplinariedade: desafios à formação de professores**. In: I Encontro de Políticas Educacionais e Formação de Professores da América Latina e do Caribe, Juiz de Fora (MG), 2006.
- BOCKNIAK, R. O questionamento da interdisciplinariedade e a produção do seu conhecimento. In: FAZENDA, I. (org.) **Práticas Indisciplinares na escola**. 7ª Ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- CARVALHO, Rosita Edler **A nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- COLL, César Coll, MESTRES, M. M., GOÑI, J. O., GALLART, Isabel S. **Psicologia Escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- CONTINI, M.L.J. **Discutindo o Conceito de Promoção de Saúde no Trabalho do Psicólogo que Atua na Educação**. Revista Psicologia Ciência e Profissão,(p. 46-59) S. Paulo, 2000.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: SOBRE PRINCÍPIOS, POLÍTICA E PRÁTICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**. 10 de junho de 2004. Disponível em: www.educacaoonline.com.br Acesso em: agosto/2007.
- EMILIO, S. A. **O cotidiano escolar pelo avesso: sobre laços, amarras e nós no processo de inclusão**. Tese (Doutorado) Instituto de Psicologia da USP. Universidade de São Paulo. Profa. Dra. Maria Júlia Kovács, São Paulo, 2004.
- FESTINGER, L. KATZ, D. **A pesquisa na Psicologia Social**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- GAGE & BERLINER, In: COLL, C. C. **Psicologia Escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- GOMES, V. L. T. **Atuação do psicólogo escolar: teoria, prática e compromisso social**. Tese de Doutorado, IP/USP, São Paulo, 1995.
- GIL, M. (coord.) **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ashoka Brasil, 2005.
- GRAÇA, P. **O fisioterapeuta, a interdisciplinaridade e a inclusão escolar segundo as expectativas de professores que lecionam para alunos com deficiência**. Dissertação (Mestrado em Distúrbios de Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006.
- KHOURI, Y. **Introdução a Psicologia Escolar**. São Paulo, EPU, 1984.

LDB (LEI DE DIRETRIZES DE BASES) 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.educacao.sp.gov.br Acesso em: maio/2007.

LERBET, G. **Transdisciplinaridade e educação** (p.528-532). In: MORIN, E. (org.) *Jornadas Temáticas: A religação dos saberes – o desafio do século XXI*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LUDKE M., ANDRÉ, E. D. A. **Pesquisa em Educação**. São Paulo, EPU, 1996.

MACHADO, A. M. [et. al.] **Psicologia e Direitos Humanos: educação inclusiva, direitos humanos na escola**. São Paulo: Casa do Psicólogo. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S. **Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial**. São Paulo: EPU, 1993.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Ed. Cortez (4ª Ed.), 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. *Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão socioeducacional*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Dados da Educação Especial no Brasil e na Região Sudeste*. Fonte: MEC/INEP (2006). Disponível em: <http://mec.org.br> Acesso em: setembro/2007.

NEVES, M. B. J. **Por uma escola inclusiva**. In: MACHADO, *Psicologia e Direitos Humanos*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2005.

PATTO, M. H. S. **Introdução a Psicologia Escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

PATTO, M. H. S. **Exercícios de Indignação**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2005.

PCNS (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS) Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Disponível em: www.educacao.sp.gov.br Acesso em: março/2008.

PEREIRA, B. R., NASCIMENTO, Maria L. B. P. **Inclusão e exclusão: múltiplos contornos da educação brasileira**. São Paulo: Expressão & Ate, 2006.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Brasília, jan. 2008. Disponível em: www.mec.org.br Acesso em: março/2008.

RESOLUÇÃO CFP nº 13/2007. **Definição das especialidades a serem concedidas pelo Conselho Federal de Psicologia para efeito de concessão e registro de título de especialista em Psicologia**. Disponível em: www.crpsp.org.br Acesso em: abril/ 2008.

RIBEIRO, Maria Luisa S., BAUMEL, Roseli C. R. de Carvalho,(orgs.) **Educação Especial-do querer ao fazer**, São Paulo, Ed. Avercamp, 2003.

SOUZA, M. P. R. (orgs.). **Psicologia Escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2004.

SALAZAR, R. M. **O laudo psicológico e a classe especial**. *Psicologia Ciência e Profissão*. Vol. 16. Nº 03 pg. 4-11, 1996.

SEKKEL, M. C. **Reflexões sobre possibilidades e limites da Educação Inclusiva.** Boletim de Psicologia. Associação de Psicologia de São Paulo. VOL LV nº 122 – jan./jun., 2005.

TANAMACHI, E., ROCHA, M., PROENÇA, M. P. R. **Psicologia e Educação.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

VIANNA, I. O. de A. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica.** São Paulo: EPU, 2001.

VECTORE C., MAIOMI, E. H. In: CAMPOS, H. C. **Formação em Psicologia Escolar: realidades e perspectivas.** Campinas, São Paulo. Editora Alínea, 2007.

ANEXOS

ANEXO 1

CARTA DE AUTORIZAÇÃO AO SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO
DO MUNICÍPIO *****

Ao Ilmo. Secretário da Educação de *****
Sr. *****

Vimos através desta, solicitar permissão para coletar alguns dados, conforme anexos, na Rede Municipal de Ensino de Taboão da Serra, com finalidades acadêmicas. Tais dados integrarão a pesquisa a ser desenvolvida e apresentada junto ao Programa de Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP, pela professora e psicóloga Rosana Behaker Garcia Crippa, sob orientação da Profa. Dra. Elisabeth Becker. O projeto está provisoriamente intitulado como “O papel do psicólogo na óptica de professores de crianças incluídas no ensino regular: um estudo exploratório”.

Agradecemos desde já a atenção dispensada e colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos, se necessário for.

Atenciosamente

Rosana B. Garcia Crippa
ar.crippa@globocom.com
tel.: 82445973

Profa. Dra. Elisabeth Becker
bethbe@mackenzie.br

ANEXO 2
 CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA
 NAS UNIDADES DE ENSINO REGULAR

Prezado Diretor,

Meu nome é Rosana Behaker Garcia Crippa e sou mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, sob orientação da Profa. Dra. Elisabeth Becker. Meu projeto de Mestrado constará da realização de uma pesquisa em Unidades de Ensino Regular do Município de *****.

A referida pesquisa tem por finalidade estudar aspectos ligados à Educação Inclusiva nas escolas de ensino regular e compreender qual a visão dos professores em relação ao papel do psicólogo na inclusão escolar. As informações para o estudo serão coletadas a partir da realização de uma entrevista semi-estruturada que não implica em qualquer tipo de risco aos participantes e à instituição. Estes dados serão posteriormente analisados, garantindo-se sigilo absoluto sobre as questões respondidas, sendo resguardado o nome dos participantes, bem como a identificação do local em que foram colhidos. A divulgação do trabalho terá finalidade acadêmica, esperando contribuir para um maior conhecimento do tema estudado. Aos participantes cabe o direito de retirar-se do estudo em qualquer momento, sem prejuízo algum.

.....
 Rosana B. Garcia Crippa
ar.crippa@globocom.com
 cel. 82445296

.....
 Profa. Dra. Elisabeth Becker
 bethbe@mackenzie.com.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o(a) senhor (a) _____, representante da instituição, após a leitura da Carta de Informação à Instituição, ciente dos procedimentos propostos, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de concordância quanto à realização da pesquisa. Fica claro que a instituição, através de seu representante legal, pode, a qualquer momento, retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa e fica ciente que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

São Paulo,..... de de

 Assinatura do representante da instituição

ANEXO 3

CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO DA PESQUISA

Prezado(a) Professor(a)

Meu nome é Rosana Behaker Garcia Crippa e sou mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, sob orientação da Profa. Dra. Elisabeth Becker. Meu projeto de Mestrado constará da realização de uma pesquisa em Unidades de Ensino Regular do Município *****.

A referida pesquisa tem por finalidade estudar aspectos ligados à Educação Inclusiva nas escolas de ensino regular e compreender qual a visão dos professores em relação ao papel do psicólogo na inclusão escolar. As informações para o estudo serão coletadas a partir da realização de uma entrevista que não implica em qualquer tipo de risco aos participantes e à instituição. Estes dados serão posteriormente analisados, garantindo-se sigilo absoluto sobre as questões respondidas, sendo resguardado o nome dos participantes, bem como a identificação do local em que foram colhidos. A divulgação do trabalho terá finalidade acadêmica, esperando contribuir para um maior conhecimento do tema estudado. Aos participantes cabe o direito de retirar-se do estudo em qualquer momento, sem prejuízo algum.

.....
Rosana B. Garcia Crippa
ar.crippa@globo.com
cel. 82445296

.....
Profa. Dra. Elisabeth Becker
bethbe@mackenzie.com.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento, que atende às exigências legais, o (a) senhor (a) _____, sujeito de pesquisa, após leitura da CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO DE PESQUISA, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de concordância em participar da pesquisa proposta.

Fica claro que o sujeito de pesquisa ou seu representante legal podem, a qualquer momento, retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa e fica ciente que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

São Paulo, ____ de _____ de _____

Assinatura do sujeito ou seu representante legal

ANEXO 4

Roteiro de Entrevista

- 1) Você leciona atualmente no ensino Fundamental ou Infantil? Há quanto tempo?
- 2) Quantos alunos você tem em sua sala de aula?
- 3) Quantos alunos de sua sala de aula apresentam necessidades educacionais especiais? Quais são estas? Há quanto tempo você trabalha com este aluno ou trabalhou com outros com NEE?
- 4) Você recebeu alguma informação quanto ao diagnóstico clínico de seu(s) aluno (s)?
- 5) Você compreendeu as informações fornecidas no diagnóstico?
- 6) O que modificou no seu trabalho o fato de você saber o diagnóstico do seu aluno?
- 7) Quais as dificuldades que você encontra em trabalhar com o(s) alunos que apresenta(m) NEE?
- 8) Na sua experiência, qual seria a equipe ideal para o trabalho com alunos com NEE?

A partir de agora, gostaria que você se reportasse especificamente com relação ao Psicólogo:

- 9) Em seu trabalho, você já teve contato com um destes profissionais?

Em caso afirmativo:

- a) Quais contribuições você esperava deste profissional?
- b) Quais contribuições você recebeu deste profissional?

Em caso negativo:

- a) Sob o seu ponto de vista, quais as contribuições que você gostaria de obter deste profissional? Especifique-as.

- 10) (Caso o participante não tenha se referido a isso antes) Comente as possibilidades de intervenção do psicólogo com os alunos, com os professores e com a família dos alunos?

- 11) Descreva uma situação em que você pode receber (ou gostaria muito de poder ter recebido) ajuda de um psicólogo.

ANEXO 5

Observação sobre os registros das entrevistas

Cada entrevista foi, de acordo ao previsto nos procedimentos, registrada por escrito imediatamente após sua realização, incluindo no final os comentários considerados relevantes. Ao aprofundar tais comentários, visando a análise do material obtido nas entrevistas, observou-se que, em alguns momentos, a expressão das entrevistas acerca do conteúdo que caracterizaria aspectos importantes aos nossos objetivos, não havia sido adequado. Em acordo a uma sugestão da orientadora, havendo tal possibilidade, retomou-se contato com as entrevistadas e propõe-se o aprofundamento de exploração necessária, o que está registrado em *itálico* nas entrevistas. (salientando-se apenas que, dessa forma , perdeu-se o ritmo, o clima original da expressão desse conteúdo no primeiro contato.)

